



ESPOSENDE
câmara municipal


Esposende Ambiente

esposende 2000


Relatório e Prestação de Contas Consolidadas **Ano 2021**

Índice Geral

I – Introdução	4
II – Perímetro de consolidação e Organigrama do Grupo	5
III – Método de Consolidação	5
IV – Análise orçamental, económica e financeira consolidada	6
1 – Análise orçamental consolidada	6
2 – Posição Financeira: Balanço consolidado	8
3 – Desempenho: Demonstração dos resultados por naturezas consolidada	10
V – Principais indicadores económicos e financeiros consolidados	13
VI – Demonstrações Financeiras Consolidadas	15
1 – Balanço Consolidado	15
2 – Demonstração dos Resultados Consolidada	16
3 – Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	17
4 – Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido	18
VII – Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	19
Nota 1. Identificação da Entidade, período de relato e referencial contabilístico	19
1.1. Identificação da entidade, período de relato	19
1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas	20
Nota 2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	21
2.1. Bases de mensuração	21
2.1.1. Pressuposto da continuidade	22
2.1.2. Pressuposto do acréscimo (ou da periodização económica)	22
2.1.3. Consistência da apresentação	22
2.1.4. Materialidade e agregação	22
2.1.5. Compensação	23
2.1.6. Informação comparativa	23
2.1.7. Classificação de Balanço Consolidado	23
2.1.8. Principais estimativas e julgamentos	23
2.1.9. Acontecimentos subsequentes	23
2.1.10. Alterações de políticas, estimativas e erros	24
Nota 3. Ativos intangíveis	24
3.1. Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas	24
3.2. Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período	25
3.2.A. Ativos intangíveis – adições	25
Nota 4. Acordos de concessão	25
Nota 5. Ativos fixos tangíveis	25
5.1. Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas	26
5.2. Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período	26
5.2A. Ativos fixos tangíveis – adições	26
5.2B. Ativos fixos tangíveis – diminuições	27
Nota 7. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	27
Nota 8 - Propriedades de investimento	27
8.1. Propriedades de investimento – Modelo do justo valor	27
8.2. Propriedades de investimento – Modelo do justo valor – quantia escriturada e variações do período	28
Nota 9. Imparidade de Ativos	28
Nota 10. Inventários	28
10.1. Inventários	28
10.2. Inventários: Movimentos do período	28
Nota 13. Rendimento de transações com contraprestação	29
Nota 14. Rendimento de transações sem contraprestação	30
Nota 15. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	30
Nota 17. acontecimentos após a data de relato	31
Nota 18. Instrumentos Financeiros	31
18.1. O detalhe das participações financeiras encontra-se no quadro seguinte:	31
Nota 19- Benefícios dos empregados	32
Nota 20- Divulgações de partes relacionadas	33
NOTA 22. Interesses em Outras Entidades	35
22.1. Os julgamentos e pressupostos mais significativos	35
22.3 Fatores para determinação dos interesses ou acordos e outras entidades	36
22.4 Qualificação como entidade de investimento	36
22.7 Data de relato da entidade controlada diferente da data das demonstrações consolidadas	36
22.8 Interesse detido por entidades que não controlam nas atividades e nos fluxos de caixa de um grupo	37
22.11. Perda de controlo sobre uma entidade controlada durante o período de relato	38
22.18. Natureza, extensão e efeitos financeiros dos interesses de uma entidade em acordos conjuntos e associadas	38
22.19. Outras divulgações relativas a associadas	39
22.21. Interesses de propriedade não-quantificáveis	39
Nota 23 – Outras divulgações	40
Nota 23.1 – Contas a receber e a pagar	40
VIII – Nota Final	42
IX – Certificação Legal das Contas	43

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Ativos Fixos Tangíveis	8
Gráfico 2 – Estrutura do Balanço	10
Gráfico 3 – Estrutura de rendimentos - Ano 2021	12
Gráfico 4 – Estrutura de gastos – Ano 2021	13

Índice de Quadros

Quadro 1 – Síntese do ativo consolidado	8
Quadro 2 – Síntese do Patrimônio Líquido e do Passivo consolidados	9
Quadro 3 – Demonstração dos resultados por natureza	11
Quadro 4 - Estrutura de Gastos	12
Quadro 5 – Indicadores	14

Índice de Figuras

Figura 1 - Grupo Público Municipal	5
--	---

Índice de Demonstrações Financeiras

Demonstração Financeira 1 – Balanço Consolidado	15
Demonstração Financeira 2 – Demonstração dos Resultados Consolidada	16
Demonstração Financeira 3 – Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	17
Demonstração Financeira 4 – Demonstração consolidada das Alterações no Patrimônio Líquido - Ano 2020	18
Demonstração Financeira 5 – Demonstração consolidada das Alterações no Patrimônio Líquido - Ano 2021	18

I – Introdução

A nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) e o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) trazem um novo paradigma às finanças públicas, centrado, fundamentalmente, na sua contabilidade, relato, controlo e transparência das contas públicas.

Envolvendo os vários eixos dos subsistemas da contabilidade pública (orçamental, financeira e de gestão), este novo paradigma impõe o desenvolvimento de mecanismos que permitam, para além do cumprimento legal, também, a harmonização, a credibilidade, a transparência e a comparabilidade das contas públicas, tanto a nível interno, como a nível europeu e internacional.

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro do Município de Esposende para o ano de 2021 passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas determinada pelas suas necessidades, ainda para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões, pois este novo sistema orçamental e financeiro é mais eficiente e mais convergente com os sistemas contabilísticos a nível internacional.

Nos termos do nº 1 do art.º 74.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, “o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas, visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais”. O mesmo artigo, através do seu nº 2, acrescenta que “a contabilidade das entidades referidas no número anterior respeita o Plano de Contas em vigor para o sector local, podendo ainda dispor de outros instrumentos necessários à boa gestão e ao controlo dos dinheiros e outros ativos públicos, nos termos previstos na lei”.

O presente relatório que anexa as contas consolidadas visa dar cumprimento a esta obrigação legal.

As demonstrações financeiras individuais das restantes entidades incluídas no perímetro de consolidação foram preparadas em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e Normas Interpretativas (NI) constantes do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), sendo supletivamente aplicadas as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações Técnicas (SIC/IFRIC), e conforme Portaria nº 220/2015 de 24 de julho.

O SNC-AP permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas, com uma aproximação ao SNC, aplicado no contexto do setor empresarial local.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, pelas entidades que integram o Grupo Público Municipal é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas. No entanto, essa informação não é suficiente para traduzir de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira do Grupo Público do Município de Esposende (GPME) como se de uma única entidade se tratasse. Daí, a necessidade de se proceder à consolidação de contas do Grupo Público do Município de Esposende, para que seja possível avaliar o desempenho económico e a situação financeira do mesmo.

Assim, o Município de Esposende elaborou a Consolidação de Contas relativa ao ano de 2021, do Grupo Público do Município de Esposende, e a submeterá para aprovação da Câmara e Assembleia Municipal.

O sistema de contabilidade de gestão começou a ser implementado na entidade-mãe em 2020, em consonância com os requisitos exigidos pela NCP 27 – Contabilidade de Gestão. Não obstante, o presente relatório não contém informações da contabilidade de gestão de acordo com a referida NCP, uma vez que, apesar do Município ter implementada a contabilidade de gestão e as restantes participadas não serem obrigadas a apresentar resultados de contabilidade de gestão, de forma agregada, não cumprem com a referida norma em toda a sua extensão.

II - Perímetro de consolidação e Organigrama do Grupo

Conforme o artigo 75º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro - que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais - sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

O Grupo Público Municipal engloba o Município de Esposende, entidade consolidante, a EAmb – Esposende Ambiente, EM – Sociedade Unipessoal, Lda e a Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM – Sociedade Unipessoal, Lda.

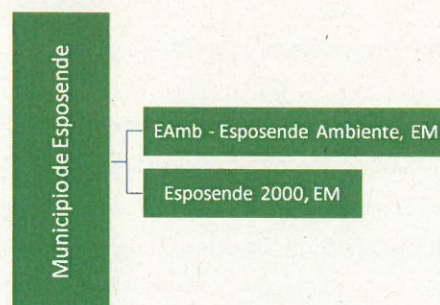


Figura 1 - Grupo Público Municipal

III - Método de Consolidação

Na consolidação de contas do Município de Esposende é utilizado o método de consolidação integral. Este método consiste na integração no balanço e na demonstração dos resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos dos balanços e das demonstrações dos resultados das entidades consolidadas. Relativamente aos mapas de execução orçamental, a integração não se aplica dada a inexistência dos mesmos nas entidades consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015 de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Para efeitos de aplicação do método de consolidação integral, adotar-se-á o previsto na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 22 “Demonstrações Financeiras Consolidadas” com as necessárias adaptações à realidade de cada subsector. Este método contempla a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das entidades consolidadas no balanço e demonstração dos resultados da entidade consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações e saldos Intra grupo, ou seja, operações e saldos entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, duplicação de valores.

De acordo com a NCP 22, as demonstrações financeiras consolidadas:

- Agregam itens idênticos de ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa da entidade que controla e das entidades controladas;
- Compensam (eliminam) a quantia escriturada do investimento da entidade que controla em cada uma das entidades controladas e a proporção do património líquido ou capital próprio (conforme apropriado) em cada uma das entidades controladas;
- Eliminam na totalidade os ativos, passivos, património líquido ou capital próprio (conforme apropriado), rendimentos, gastos e fluxos de caixa relativos a transações entre entidades integradas no Grupo Público (rendimentos ou gastos resultantes de transações Intra grupo que estão reconhecidos em ativos, nomeadamente em inventários ou ativos fixos tangíveis são eliminados na totalidade). Perdas Intra grupo podem indicar uma perda por imparidade que requer reconhecimento nas demonstrações financeiras consolidadas.

De referir que, tendo em conta o perímetro de consolidação, não existem os direitos de terceiros, designados para este efeito de “Interesses que não controlam”, os quais não integram, por isso, o balanço consolidado.

Os valores apresentados são expressos na unidade monetária Euro.

IV - Análise orçamental, económica e financeira consolidada

A presente análise económica e financeira consolidada teve em consideração as contas consolidadas apresentadas pelo Grupo Público do Município de Esposende no período de relato. Para tal, analisou-se a estrutura ao nível das óticas financeiras, económica e monetária, refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas. Para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foi definido o perímetro de consolidação, tendo-se aplicado o método da consolidação integral às entidades controladas (EAMB e Esposende 2000) e o método da equivalência patrimonial à entidade associada (Zendensino). As restantes entidades nas quais o Município de Esposende detém uma participação, mas sem influência significativa não foram incluídas no perímetro de consolidação, estando as mesmas reconhecidas pelo custo de aquisição.

1 - Análise orçamental consolidada

A análise orçamental que se apresenta teve em consideração as contas consolidadas apresentadas pelo Grupo Público do Município de Esposende no período de relato. Em conformidade com o preceituado na NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, a consolidação orçamental diz apenas respeito ao Município de Esposende.

1.1 Demonstração consolidada do desempenho orçamental

DCDORC - Demonstração consolidada do desempenho orçamental									
Grupo Público do Município de Esposende									
Período	Periodicidade	Mensal							
01/01/2021	Período	Mensal Após Apuramento dos Resultados							
31/12/2021	Acumulados	Sim							
RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)				Ano		Ano	
		R P	R G	UE	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL 2021	Total 2020	
RA01	Saldo de gerência anterior	6 246 700,16 €				2 142 834,34 €	8 389 534,50 €	5 040 526,33 €	
R101	Operações orçamentais [1]	6 246 700,16 €						3 946 285,23 €	
R102	Devolução do saldo oper. orçamentais								3 946 285,23 €
R104	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades								0,00 €
R103	Operações de tesouraria [A]					2 142 834,34 €	2 142 834,34 €	1 094 241,10 €	
RA02	Receita corrente	28 251 855,21 €		650 881,27 €			28 902 736,48 €	27 103 389,15 €	
R1	Receita fiscal	9 512 840,97 €					10 166 306,69 €	9 203 861,88 €	
R1.1	Impostos diretos	9 059 652,86 €					9 059 652,86 €	8 024 799,76 €	
R1.2	Impostos indiretos	453 188,11 €					453 188,11 €	693 204,52 €	
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							0,00 €	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	571 623,76 €					571 623,76 €	566 534,89 €	
R4	Rendimentos de propriedade	770 649,73 €					770 649,73 €	751 780,22 €	
R5	Transferências e subsídios correntes	9 515 427,42 €		650 881,27 €			10 166 306,69 €	9 203 861,88 €	
R5.1	Transferências correntes	8 015 828,41 €		650 881,27 €			8 666 709,68 €	8 288 433,23 €	
R5.1.1	Administrações Públicas	7 840 952,52 €		650 881,27 €			8 491 833,79 €	8 239 725,80 €	
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	7 792 078,02 €		650 881,27 €			8 442 959,29 €	8 189 396,78 €	
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	48 884,60 €					48 884,60 €	50 329,02 €	
R5.1.1.3	Segurança Social							0,00 €	
R5.1.1.4	Administração Regional							0,00 €	
R5.1.1.5	Administração Local							0,00 €	
R5.1.2	Exterior - U E	63 283,57 €					63 283,57 €	16 474,99 €	
R5.1.3	Outras	111 582,22 €					111 582,22 €	32 232,44 €	
R5.2	Subsídios correntes							0,00 €	
R6	Venda de bens e serviços	7 856 336,28 €					7 856 336,28 €	7 771 102,63 €	
R7	Outras receitas correntes	24 977,05 €					24 977,05 €	92 105,25 €	
RA03	Receita de capital	1 651 549,75 €		2 915 986,60 €			4 567 536,35 €	3 934 317,05 €	
R8	Venda de bens de investimento	230 936,75 €					230 936,75 €	19 754,10 €	
R9	Transferências e subsídios de capital	1 420 613,00 €		2 915 986,60 €			4 336 599,60 €	3 914 562,95 €	
R9.1	Transferências de capital	1 420 613,00 €		2 915 986,60 €			4 336 599,60 €	3 914 562,95 €	
R9.1.1	Administrações Públicas	1 420 613,00 €		2 915 986,60 €			4 336 599,60 €	3 914 562,95 €	
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	1 420 613,00 €		2 915 986,60 €			4 336 599,60 €	3 914 562,95 €	
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							0,00 €	
R9.1.1.3	Segurança Social							0,00 €	
R9.1.1.4	Administração Regional							0,00 €	
R9.1.1.5	Administração Local							0,00 €	
R9.1.2	Exterior - U E							0,00 €	
R9.1.3	Outras							0,00 €	
R9.2	Subsídios de capital							0,00 €	
R10	Outras receitas de capital							0,00 €	
RA04	Receita efetiva [2]	29 909 642,33 €		3 566 867,87 €			33 476 510,20 €	31 048 820,63 €	
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	6 237,37 €					6 237,37 €	11 114,43 €	
RA05	Receita não efetiva [3]	1 788 998,31 €					1 788 998,31 €	0,00 €	
R12	Receita com ativos financeiros							0,00 €	
R13	Receita com passivos financeiros							0,00 €	
RA06	Soma [4]=[1]+[2]+[3]	37 945 340,80 €		3 566 867,87 €			41 512 208,67 €	34 631 902,34 €	
ROT1	Operações de tesouraria [8]					644 276,73 €	644 276,73 €	1 449 450,19 €	
DA01	Despesa corrente	23 346 035,32 €					23 346 035,32 €	21 707 353,69 €	
D1	Despesas com o pessoal	8 847 200,04 €					8 847 200,04 €	8 163 669,24 €	
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	7 348 206,55 €					7 348 206,55 €	6 960 260,57 €	
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	113 312,31 €					113 312,31 €	36 891,90 €	
D1.3	Segurança social	1 385 679,18 €					1 385 679,18 €	1 166 516,77 €	
D3	Aquisição de bens e serviços	10 536 949,37 €					10 536 949,37 €	9 868 713,14 €	
D4	Juros e outros encargos	37 479,05 €					37 479,05 €	42 873,29 €	
D4.1	Transferências e subsídios correntes	3 539 560,54 €					3 539 560,54 €	3 193 005,21 €	
D4.1.1	Administrações Públicas	2 105 350,87 €					2 105 350,87 €	1 844 526,22 €	
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	592 595,73 €					592 595,73 €	570 138,84 €	
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							0,00 €	
D4.1.1.3	Segurança Social							0,00 €	
D4.1.1.4	Administração Regional							0,00 €	
D4.1.1.5	Administração Local	592 595,73 €					592 595,73 €	570 138,84 €	
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	1 166 291,39 €					1 166 291,39 €	1 186 469,31 €	
D4.1.3	Famílias	77 941,07 €					77 941,07 €	87 918,07 €	
D4.1.4	Outras							0,00 €	
D4.2	Subsídios Correntes	1 434 209,67 €					1 434 209,67 €	1 348 478,99 €	
D5	Outras despesas correntes	384 846,32 €					384 846,32 €	439 092,81 €	
DA02	Despesa de capital	9 467 638,29 €					9 467 638,29 €	6 193 701,56 €	
D6	Aquisição de bens de capital	8 361 852,92 €					8 361 852,92 €	5 598 607,09 €	
D7	Transferências e subsídios de capital	1 105 180,38 €					1 105 180,38 €	544 429,86 €	
D7.1	Transferências de capital	1 105 180,38 €					1 105 180,38 €	544 429,86 €	
D7.1.1	Administrações Públicas	455 184,64 €					455 184,64 €	139 865,77 €	
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português							0,00 €	
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							0,00 €	
D7.1.1.3	Segurança Social							0,00 €	
D7.1.1.4	Administração Regional							0,00 €	
D7.1.1.5	Administração Local	455 184,64 €					455 184,64 €	139 865,77 €	
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	649 995,74 €					649 995,74 €	404 564,09 €	
D7.1.3	Famílias							0,00 €	
D7.1.4	Outras							0,00 €	
D7.2	Subsídios de capital							0,00 €	
D8	Outras despesas de capital							50 664,61 €	
DA03	Despesa efetiva [5]	32 813 673,61 €					32 813 673,61 €	27 901 055,25 €	
DA04	Despesa não efetiva [6]	1 363 778,86 €					1 363 778,86 €	1 217 350,45 €	
D9	Despesa com ativos financeiros							0,00 €	35 172,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	1 363 778,86 €					1 363 778,86 €	1 182 178,45 €	
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	34 177 452,47 €					34 177 452,47 €	29 118 405,70 €	
DOT1	Operações de tesouraria [C]					505 255,96 €	505 255,96 €	400 856,95 €	
DA06	Saldo para a gerência seguinte	3 767 888,33 €		3 566 867,87 €		2 281 855,11 €	9 616 611,31 €	8 389 534,50 €	
DA07	Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	3 767 888,33 €		3 566 867,87 €			7 334 756,20 €	6 246 700,16 €	
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[8]-[C]					2 281 855,11 €	2 281 855,11 €	2 142 834,34 €	
DA09	Saldo global [2]-[5]	-2 904 031,28 €		3 566 867,87 €			662 836,59 €	3 147 765,38 €	
DA10	Despesa primária	25 854 492,89 €					25 854 492,89 €	20 938 848,22 €	
DA11	Saldo corrente	4 905 819,89 €		650 881,27 €			5 556 701,16 €	5 396 035,46 €	
DA12	Saldo de capital	-7 816 088,54 €		2 915 986,60 €			-4 900 101,94 €	-2 259 384,51 €	
DA13	Saldo primário	-3 724 742,01 €		3 566 867,87 €			-157 874,14 €	2 885 411,89 €	
DA14	Receita total [1]+[2]+[3]	37 945 340,80 €		3 566 867,87 €			41 512 208,67 €	35 365 105,86 €	
DA15	Despesa total [5]+[6]	34 177 452,47 €					34 177 452,47 €	29 118 405,70 €	

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.

1.2 Demonstração consolidada de Direitos e obrigações por naturezas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR NATUREZAS							
GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE							
RUBRICA	LIQUIDAÇÕES	31.12.2021	31.12.2020	RUBRICA	OBRIGAÇÕES	31.12.2021	31.12.2020
R1	Receita corrente	218 333,43	225 311,38	D1	Despesa corrente	368 350,23	646 550,25
R11	Receita fiscal	91 444,41	91 503,69	D11	Despesas com o pessoal	3,30	97 651,46
R12	Impostos diretos	-	-	D111	Remunerações Certas e Permanentes	3,30	77 972,58
R12	Impostos indiretos	91 444,41	91 503,69	D12	Abonos Variáveis ou Eventuais	-	741,37
R3	Taxas, multas e outras penalidades	10 988,85	17 715,95	D13	Segurança social	-	18 937,51
R4	Rendimentos de propriedade	427,75	39,60	D2	Aquisição de bens e serviços	294 155,56	523 350,71
R5	Transferências e subsídios correntes	8 690,00	22 551,74	D4	Transferências e subsídios correntes	3 204,39	25 133,38
R51	Transferências correntes	8 690,00	22 551,74	D41	Transferências correntes	3 204,39	25 133,38
R511	Administrações Públicas	8 690,00	8 278,11	D412	Entidades do Setor Não Lucrativo	3 204,39	24 957,38
R5111	Administração Central - Estado Português	8 690,00	8 278,11	D413	Famílias	-	176,00
R513	Outras	-	14 273,63	D42	Privadas	300,00	-
R6	Venda de bens e serviços	106 782,42	93 500,40	D5	Outras despesas correntes	70 686,98	414,70
R8	Receita de capital	4 098,95	3 044,57	D6	Despesa de capital	288 093,48	654 934,72
R8	Venda de bens de investimento	4 098,95	3 044,57	D6	Aquisição de bens de capital	288 093,48	654 934,72
	Receita efetiva (2)	222 432,38	228 355,95		Despesa efetiva (5)	656 443,71	1 301 484,97
	Receita não efetiva (3)	-	-		Despesa não efetiva (6)	-	81 991,74
	Receita total (4)=(1)+(2)+(3)	222 432,38	228 355,95	D10	Despesa com passivos financeiros	-	81 991,74
					Despesa total (7)=(5)+(6)	656 443,71	1 383 476,71

2- Posição Financeira: Balanço consolidado

A variação e estrutura do Balanço Consolidado reparte-se conforme a seguir se demonstra:

Balanço Consolidado	2021.12.31	%	2020.12.31 Reexpresso	%	Varição	%
TOTAL DO ATIVO	122 462 797,87	100,00%	117 431 012,67	100,00%	5 031 785,20	100,00%
					0,00	
Ativo não corrente	109 598 541,86	89,50%	105 976 413,67	90,25%	3 622 128,19	71,98%
Ativos fixos tangíveis	103 753 777,04	84,72%	100 110 191,72	85,25%	3 643 585,32	72,41%
Propriedades de investimento	421 546,77	0,34%	436 572,75	0,37%	-15 025,98	-0,30%
Ativos intangíveis	162 043,15	0,13%	161 382,87	0,14%	660,28	0,01%
Participações financeiras	5 255 733,15	4,29%	5 263 429,57	4,48%	-7 696,42	-0,15%
Outros ativos financeiros	5 441,75	0,00%	4 836,76	0,00%	604,99	0,01%
Ativo Corrente	12 864 256,01	10,50%	11 454 599,00	9,75%	1 409 657,01	28,02%
Inventários	261 615,96	0,21%	298 108,96	0,25%	-36 493,00	-0,73%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	8 690,00	0,01%	16 968,11	0,01%	-8 278,11	-0,16%
Clientes, contribuintes e utentes	1 002 815,28	0,82%	937 776,89	0,80%	65 038,39	1,29%
Estado e outros entes públicos	77 903,49	0,06%	58 615,06	0,05%	19 288,43	0,38%
Outras contas a receber	1 590 708,37	1,30%	1 466 202,78	1,25%	124 505,59	2,47%
Diferimentos	305 911,60	0,25%	287 392,70	0,24%	18 518,90	0,37%
Caixa e depósitos	9 616 611,31	7,85%	8 389 534,50	7,14%	1 227 076,81	24,39%

Quadro 1 – Síntese do ativo consolidado

O total do ativo do Grupo Público do Município de Esposende ascendeu, em 2021, ao montante de € 122 462 797,87 o que representa um aumento de aproximadamente 5 M€ em relação ao ano transato. Este aumento, é essencialmente justificado pela variação registada nas rubricas de ativos fixos tangíveis e caixa e depósitos.

O aumento de cerca de 3.6M€ da rubrica de ativos fixos tangíveis resulta essencialmente da entidade consolidante que representa 75% desta rubrica do balanço consolidado.



Gráfico 1 – Ativos Fixos Tangíveis

O aumento de 1,2M€ da rubrica de caixa e depósitos resulta essencialmente da entidade consolidante, em cerca de 0,9 M€, da EAmb, EM em 0,2 M€ e da E2000, EM em 0,07M€ respetivamente. A entidade consolidante inclui cerca de 2,28 M€ de operações de tesouraria relacionadas com cauções que perfaz um aumento em cerca de 0.14M€ face a 2020.

A estrutura do balanço evidencia que o ativo não corrente, representa cerca de 89,5% do total do Ativo, do qual 84,72% está relacionado com bens móveis e imóveis sendo maioritariamente constituído por bens de domínio público.

O ativo corrente, aumentou 1.4M€ face a 2020 e representa 10,5% do Ativo, sendo de destacar os meios financeiros com maior liquidez, o caixa e depósitos, no valor de € 9 616 611,31.

A evolução das principais rubricas do património líquido consolidado e passivo consolidado a 31 de dezembro de 2021, face a 31 de dezembro de 2020, é apresentada no quadro infra:

Balanço Consolidado		2021.12.31	%	2020.12.31 Reexpresso	%	2020.12.31	%
TOTAL PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		122 462 797,87	100,00%	117 431 012,67	100,00%	5 031 785,20	100,00%
Património Líquido		107 066 989,60	87,43%	102 490 742,06	87,28%	4 576 247,54	90,95%
Património		46 064 588,99	37,62%	46 064 588,99	39,2%	0,00	0,0%
Reservas		25 563 041,67	20,87%	25 563 041,67	21,8%	0,00	0,0%
Resultados transitados		-19 237 112,71	-15,71%	-21 070 322,37	-17,9%	1 833 209,66	36,4%
Ajustamentos em ativos financeiros		323 134,23	0,26%	331 036,94	0,3%	-7 902,71	-0,2%
Outras variações no Património Líquido		51 805 644,89	42,30%	50 021 657,75	42,6%	1 783 987,14	35,5%
Resultado líquido do período		2 547 692,53	2,08%	1 580 739,08	1,3%	966 953,45	19,2%
Passivo não corrente		9 631 545,88	7,86%	8 283 982,08	7,05%	1 347 563,80	26,78%
Provisões		837 420,00	0,7%	563 100,00	0,5%	274 320,00	5,5%
Financiamentos obtidos		6 476 378,96	5,3%	5 557 204,88	4,7%	919 174,08	18,3%
Passivos por impostos diferidos		38 218,21	0,0%	42 223,58	0,0%	-4 005,37	-0,1%
Outras contas a pagar		2 279 528,71	1,9%	2 121 453,62	1,8%	158 075,09	3,1%
Passivo corrente		5 764 262,39	4,71%	6 656 288,53	5,67%	-892 026,14	-17,73%
Fornecedores		1 121 118,68	0,9%	1 263 181,37	1,1%	-142 062,69	-2,8%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		44 480,07	0,0%	43 017,17	0,0%	1 462,90	0,0%
Estado e outros entes públicos		111 304,41	0,1%	175 840,59	0,1%	-64 536,18	-1,3%
Financiamentos obtidos		840 396,31	0,7%	1 236 560,42	1,1%	-396 164,11	-7,9%
Fornecedores de investimentos		233 579,24	0,2%	339 772,17	0,3%	-106 192,93	-2,1%
Outras contas a pagar		2 755 903,58	2,3%	2 877 740,20	2,5%	-121 836,62	-2,4%
Diferimentos		657 480,10	0,5%	720 176,61	0,6%	-62 696,51	-1,2%
TOTAL PASSIVO		15 395 808,27	12,57%	14 940 270,61	12,72%	455 537,66	9,05%

Quadro 2 – Síntese do Património Líquido e do Passivo consolidados

O património líquido representa 87,43% do ativo. As principais rubricas do património líquido são desagregadas em património inicial correspondente a 37,62%, outras variações no património líquido, equivalentes a cerca de 47,73% e o resultado líquido do período corresponde a 2,08%.

Conforme evidenciado no quadro 2, o montante do património líquido consolidado atingiu o montante de € 107 066 989,60, o qual evidencia um aumento de aproximadamente de 4,58 M€ face a 31 de dezembro de 2020 reexpresso, correspondendo a um aumento de 4,27%, que decorre fundamentalmente:

- Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo Público do Município de Esposende apresentou, um resultado líquido positivo que ascendeu a 2,55 M€, decorrente da sua atividade; e
- Do aumento registado na rubrica outras variações no património líquido em € 1,78 M€ os quais, em grande parte se verificaram na entidade-mãe, em consequência do reconhecimento em fundos próprios dos subsídios não reembolsáveis para aquisição de ativos fixos tangíveis, de acordo com a vida útil dos ativos subjacentes.

O total do passivo corresponde a 12,57% do total do ativo, dos quais 7,86% correspondem ao passivo não corrente, sendo a rubrica de financiamentos obtidos aquela com maior expressividade, cerca de 5,3%. O passivo corrente representa 4,71%, sendo as rubricas de financiamentos obtidos, total de fornecedores e outras contas a pagar as mais significativas, com 0,7%, 1,1% e 2,3% respetivamente.

Relativamente à evolução do passivo consolidado do Grupo Público importa destacar o seguinte:

- O valor refletido na rubrica Estado e outros entes públicos corresponde basicamente a impostos, de 2021, entretanto liquidados em 2022 (CGA, SS e IRS), e à retenção de outros encargos reconhecidos nas contas do Município de Esposende e das suas entidades controladas;
- A dívida a fornecedores de conta corrente e de investimento no final do ano 2021 registavam uma diminuição de aproximadamente 248 mil €, face ao período homólogo. Esta diminuição verificou-se nas três entidades do perímetro de consolidação.
- As outras dívidas a pagar no final do ano 2021 registavam uma diminuição de aproximadamente 122 mil €, face ao período homólogo.

Em termos de estrutura, o Património Líquido e do Passivo representam 87,43% e 12,57% do total do ativo.

O gráfico abaixo mostra a relação proporcional do Balanço consolidado do Grupo Municipal:

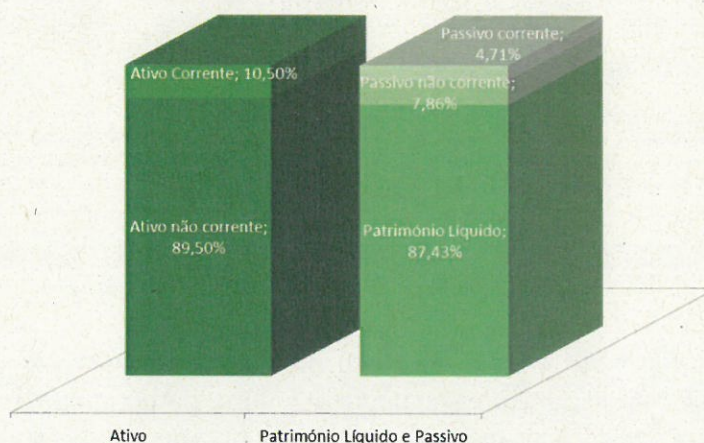


Gráfico 2 – Estrutura do Balanço

3 - Desempenho: Demonstração dos resultados por naturezas consolidada

Em 2021, o Grupo Público do Município de Esposende obteve um resultado líquido do período positivo de € 2 547 692,53 (€1 580 739,08 em 2020), tendo-se verificado um aumento face ao ano anterior, de aproximadamente 0,97M€, conforme apresentado abaixo:

Demonstração dos Resultados Consolidada					
Código de Contas	RENDIMENTOS E GASTOS	31/12/2021	31/12/2020	Variação €	Variação %
70	Impostos, contribuições e taxas	10 024 622,45	9 475 890,64	548 731,81	5,47%
71	Vendas	1 671 055,51	1 665 602,18	5 453,33	0,33%
72	Prestações de serviços e concessões	5 592 868,09	5 477 452,56	115 415,53	2,06%
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	9 032 296,00	8 133 763,26	898 532,74	9,95%
73	Variações nos inventários da produção	0,00	0,00	-	-
74	Trabalhos para a própria entidade	325 124,35	338 222,85	- 13 098,50	-4,03%
785 + 7921 - 685	Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e	206,28	51 226,63	- 51 020,35	-24733,54%
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 840 625,69	-1 880 316,50	39 690,81	-2,16%
62	Fornecimentos e serviços externos	-9 083 607,82	-7 938 139,66	- 1 145 468,16	12,61%
63	Gastos com pessoal	-8 473 819,94	-8 162 216,93	- 311 603,01	3,68%
60-603	Transferências e subsídios concedidos	-3 035 541,64	-2 543 849,54	- 491 692,10	16,20%
651-7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-45 490,30	-19 825,24	- 25 665,06	56,42%
67-763	Provisões (aumentos/reduções)	-274 320,00	-4 390,00	- 269 930,00	98,40%
78	Outros rendimentos e ganhos	4 150 395,11	1 948 050,03	2 202 345,08	53,06%
68	Outros gastos e perdas	-666 983,33	-351 428,09	- 315 555,24	47,31%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7376179,1	6190042,19	1 186 136,88	16,08%
64-761	Gastos /reversões de depreciação e de amortização	-4 789 191,48	-4 552 107,65	- 237 083,83	4,95%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2586987,6	1637934,54	949 053,05	36,69%
79	Juros e rendimentos similares obtidos	23 345,60	9 968,62	13 376,98	57,30%
69	Juros e gastos similares suportados	-57 738,68	-65 929,15	8 190,47	-14,19%
Resultado antes de impostos		2552594,5	1581974,01	970 620,50	38,02%
812	Impostos sobre o rendimento do período	-4 901,98	-1 234,93	- 3 667,05	74,81%
Resultado líquido do período		2547692,5	1580739,08	966 953,45	37,95%

Quadro 3 – Demonstração dos resultados por natureza

É objetivo maior da Demonstração de Resultados, aferir o grau de eficiência económica atingido, de forma a diagnosticar a capacidade do Grupo Municipal em gerar fluxos de caixa.

2.1. Estrutura dos rendimentos consolidados

A estrutura dos rendimentos do Grupo Público do Município de Esposende é apresentada no quadro abaixo, sendo que o total de rendimentos reflete uma evolução positiva de €3 719 736,62, face ao período de 2020. Esta variação justifica-se principalmente devido:

- Ao aumento da rubrica outros rendimentos e ganhos em cerca de 2,2M€ maioritariamente relacionado com a entidade-mãe,
- Ao aumento das rubricas de Impostos, contribuições e taxas, Transferências e subsídios correntes obtidos e Prestações de serviços e concessões, em cerca de 548 mil €, 898 mil e 115 mil euros respetivamente e maioritariamente relacionado com a entidade-mãe.

Os rendimentos do Grupo Municipal atingiram o valor de € 30 819 913,39 sendo na sua maioria provenientes das rubricas de Impostos, contribuições e taxas, 32,53%, Transferências e Subsídios correntes obtidos, 29,31% e Prestações de serviços e concessões, 18,15%, os outros grupos correspondem a 20,02% dos rendimentos totais.

A estrutura de rendimentos do Grupo Público Municipal está assim distribuída:

Estrutura de Rendimentos	2021	%	2020	%	Variação	%
Impostos, contribuições e taxas	10 024 622,45 €	32,53%	9 475 890,64 €	34,97%	548 731,81 €	14,75%
Vendas	1 671 055,51 €	5,42%	1 665 602,18 €	6,15%	5 453,33 €	0,15%
Prestações de serviços e concessões	5 592 868,09 €	18,15%	5 477 452,56 €	20,21%	115 415,53 €	3,10%
Transferências e subsídios correntes obtidos	9 032 296,00 €	29,31%	8 133 763,26 €	30,01%	898 532,74 €	24,16%
Trabalhos para a própria entidade	325 124,35 €	1,05%	338 222,85 €	1,25%	13 098,50 €	-0,35%
Rendimentos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	206,28 €	0,00%	51 226,63 €	0,19%	51 020,35 €	-1,37%
Provisões (aumentos)	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	4 150 395,11 €	13,47%	1 948 050,03 €	7,19%	2 202 345,08 €	59,21%
Juros e rendimentos similares obtidos	23 345,60 €	0,08%	9 968,62 €	0,04%	13 376,98 €	0,36%
TOTAL DE RENDIMENTOS	30 819 913,39	100%	27 100 176,77	100%	3 719 736,62	100%

Quadro 4 - Estrutura de Rendimentos

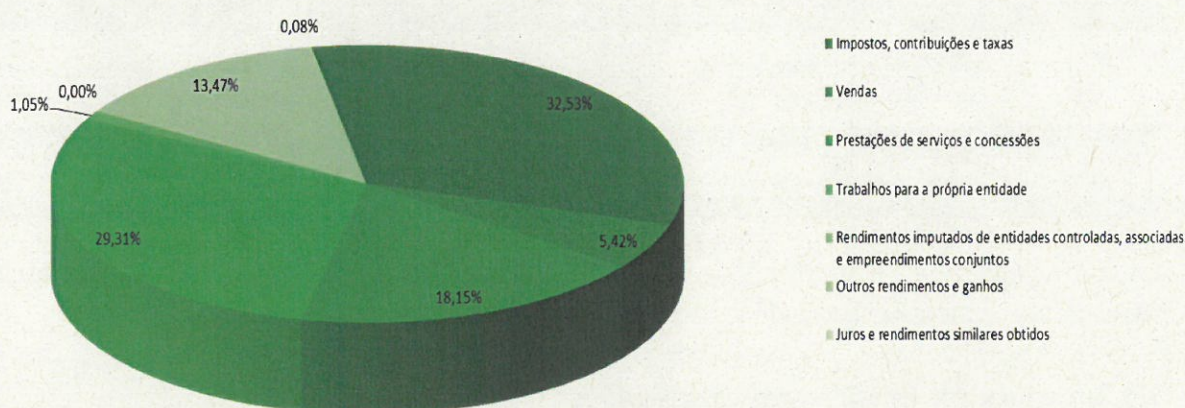


Gráfico 3 – Estrutura de rendimentos - Ano 2021

2.2. Estrutura dos gastos consolidados

Os gastos do Grupo Municipal atingiram o valor de € 28 267 318,88 sendo provenientes das rubricas de Fornecimentos e serviços externos (32,13%), gastos com o pessoal (29,98%), Depreciações e Amortizações (16,94%), Transferências e subsídios concedidos (10,74%) e os outros grupos correspondem a 10,21% dos gastos totais.

A estrutura de gastos do Grupo Municipal está assim distribuída:

Estrutura de Gastos	2021	%	2020	%
CMVMC	1 840 625,69 €	6,51%	1 880 316,50 €	7,37%
Fornecimentos e Serviços Externos	9 083 607,82 €	32,13%	7 938 139,66 €	31,11%
Gastos com o Pessoal	8 473 819,94 €	29,98%	8 162 216,93 €	31,99%
Transferências e subsídios concedidos	3 035 541,64 €	10,74%	2 543 849,54 €	9,97%
Imparidade de dívidas a receber	45 490,30 €	0,16%	19 825,24 €	0,08%
Provisões	274 320,00 €	0,97%	4 390,00 €	0,02%
Outros gastos e perdas	666 983,33 €	2,36%	351 428,09 €	1,38%
Gastos / Depreciação e amortização	4 789 191,48 €	16,94%	4 552 107,65 €	17,84%
Juros e gastos similares suportados	57 738,68 €	0,20%	65 929,15 €	0,26%
TOTAL DE GASTOS	28 267 318,88	100%	25 518 202,76	100%

Quadro 4 - Estrutura de Gastos

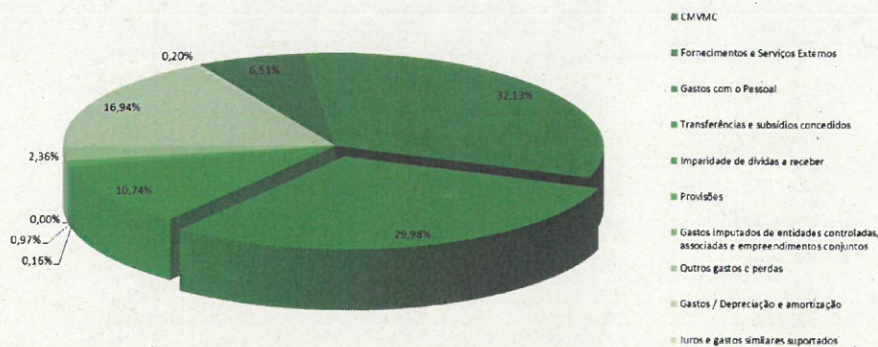


Gráfico 4 – Estrutura de gastos – Ano 2021

V – Principais indicadores económicos e financeiros consolidados

De um modo geral, verificaram-se alterações nas diversas classes das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público Município de Esposende de 2021, comparativamente ao ano transato, sendo de realçar o seguinte:

- O total do ativo consolidado ascendeu a 122,5 M€ (117,4 M€ reexpresso em 2020);
- O passivo consolidado rondou os 15,4 M€ (14,9 M€ em 2020);
- O património líquido consolidado aproximou-se dos 107,07 M€ (102,49 M€ reexpresso em 2020);
- Os rendimentos consolidados atingiram cerca de 30,8 M€ (27,1 M€ em 2020);
- Os gastos consolidados ascenderam a 28,3 M€ (25,5 M€ em 2020);
- O resultado líquido consolidado do período representou cerca de 2,55 M€ (1,58 M€ em 2020) e
- O EBITDA do período rondou os 7,38 M€ (6,19 M€ em 2020).

Em virtude de se estar perante a situação financeira de um Grupo Público Municipal, há que ter em conta que o Ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros. Os Ativos do Grupo integram bens não hipotecáveis ou alienáveis, como sejam, os bens de domínio público e bens privados necessários à prestação do serviço público.

No caso do Grupo Público Municipal de Esposende, os bens de domínio público representam 18,6% do seu Ativo Total.

De seguida são apresentados os indicadores económicos e financeiros consolidados, que se consideram mais relevantes para a análise da evolução do Grupo Público do Município de Esposende, com referência a 31 de dezembro de 2021, bem como, a variação dos mesmos, quando comparados com o período homólogo:

INDICADORES			GRUPO PÚBLICO MUNICIPAL DE ESPOSENDE 2021		GRUPO PÚBLICO MUNICIPAL DE ESPOSENDE 2020		GRUPO PÚBLICO MUNICIPAL DE ESPOSENDE Variação 2020/2021	
			Montantes	%	Montantes	%	Montantes	%
SUSTENTABILIDADE A MÉDIO E LONGO PRAZO	Solvabilidade I	Patrimônio Líquido	107 066 989,60	695,43%	102 490 742,06	686,00%	4 576 247,54	9,43%
		Passivo	15 395 808,27		14 940 270,61		455 537,66	
	Solvabilidade II	Ativo Líquido	122 462 797,87	795,43%	117 431 012,67	786,00%	5 031 785,20	9,43%
		Passivo	15 395 808,27		14 940 270,61		455 537,66	
	Autonomia Financeira	Patrimônio Líquido	107 066 989,60	87,43%	102 490 742,06	87,28%	4 576 247,54	0,15%
		Ativo Líquido	122 462 797,87		117 431 012,67		5 031 785,20	
EQUILÍBRIO DE CURTO PRAZO	Liquidez Geral	Ativo Corrente	12 864 256,01	223,17%	11 454 599,00	172,09%	1 409 657,01	51,09%
		Passivo Corrente	5 764 262,39		6 656 288,53		- 892 026,14	
	Liquidez Imediata	Meios Financeiros Líquidos	9 616 611,31	166,83%	8 389 534,50	126,04%	1 227 076,81	40,79%
		Passivo Corrente	5 764 262,39		6 656 288,53		- 892 026,14	
ENDIVIDAMENTO	Endividamento	Passivo	15 395 808,27	12,57%	14 940 270,61	12,72%	455 537,66	-0,15%
		Ativo Líquido	122 462 797,87		117 431 012,67		5 031 785,20	
	Endividamento Não Corrente	Dívidas Não Correntes	6 476 378,96	5,29%	5 557 204,88	4,73%	919 174,08	0,56%
		Ativo Líquido	122 462 797,87		117 431 012,67		5 031 785,20	
	Endividamento Corrente	Passivo Corrente	5 764 262,39	4,71%	6 656 288,53	5,67%	- 892 026,14	-0,96%
		Ativo Líquido	122 462 797,87		117 431 012,67		5 031 785,20	

Quadro 5 – Indicadores

Conforme se constata no quadro acima, o Grupo Público Municipal de Esposende apresenta um rácio de autonomia financeira elevado relevando assim a não dependência do mesmo face a capitais alheios.

O rácio de liquidez geral e imediata aumentaram face ao período homólogo, o que permite concluir que aumentou o equilíbrio entre recursos e obrigações correntes e que se traduz na capacidade de o Grupo Público Municipal satisfazer os seus compromissos correntes.

VI – Demonstrações Financeiras Consolidadas

A separação dos ativos e passivos em correntes e não correntes no balanço proporciona informação útil ao distinguir os ativos líquidos que estão continuamente em movimento como capital corrente, dos usados nas operações de longo prazo, ou seja, não corrente, do Grupo Municipal. Esta separação também evidencia os ativos que se espera realizar dentro do ciclo operacional corrente e passivos que se devem pagar dentro do mesmo período.

1 - Balanço Consolidado

Balanço Consolidado	31/12/2021	31/12/2020 reexpresso
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	103 753 777,04	100 110 191,72
Propriedades de investimento	421 546,77	436 572,75
Ativos intangíveis	162 043,15	161 382,87
Participações financeiras	5 255 733,15	5 263 429,57
Outros ativos financeiros	5 441,75	4 836,76
Subtotal	109 598 541,86	105 976 413,67
Ativo corrente		
Inventários	261 615,96	298 108,96
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	8 690,00	16 968,11
Clientes, contribuintes e utentes	1 002 815,28	937 776,89
Estado e outros entes públicos	77 903,49	58 615,06
Outras contas a receber	1 590 708,37	1 466 202,78
Diferimentos	305 911,60	287 392,70
Outros ativos financeiros	0,00	0,00
Caixa e depósitos	9 616 611,31	8 389 534,50
Subtotal	12 864 256,01	11 454 599,00
Total do ativo	122 462 797,87	117 431 012,67
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		
Património Líquido		
Património	46 064 588,99	46 064 588,99
Reservas	25 563 041,67	25 563 041,67
Resultados Transitados	-19 237 112,71	-21 070 322,37
Ajustamentos em ativos financeiros	323 134,23	331 036,94
Outras variações no Património Líquido	51 805 644,89	50 021 657,75
Resultado líquido do período	2 547 692,53	1 580 739,08
Total do património líquido	107 066 989,60	102 490 742,06
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões	837 420,00	563 100,00
Financiamentos obtidos	6 476 378,96	5 557 204,88
Passivos por impostos diferidos	38 218,21	42 223,58
Outras contas a pagar	2 279 528,71	2 121 453,62
Subtotal	9 631 545,88	8 283 982,08
Passivo corrente		
Fornecedores	1 121 118,68	1 263 181,37
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	44 480,07	43 017,17
Estado e outros entes públicos	111 304,41	175 840,59
Financiamentos obtidos	840 396,31	1 236 560,42
Fornecedores de investimentos	233 579,24	339 772,17
Outras contas a pagar	2 755 903,58	2 877 740,20
Diferimentos	657 480,10	720 176,61
Subtotal	5 764 262,39	6 656 288,53
Total do Passivo	15 395 808,27	14 940 270,61
Total do património Líquido e do passivo	122 462 797,87	117 431 012,67

Demonstração Financeira 1 – Balanço Consolidado

2 – Demonstração dos Resultados Consolidada

De acordo com a NCP 1, todos os itens de rendimentos e de gastos reconhecidos num período devem ser incluídos na determinação do resultado do período, a menos que uma outra NCP exija de outra forma. Outras NCP exigem que alguns itens (tais como aumentos e diminuições de revalorizações e algumas diferenças cambiais) sejam reconhecidos diretamente como alterações no patrimônio líquido.

Esta demonstração financeira identifica todos os itens de rendimentos e de gastos reconhecidos num período incluídos para a determinação do resultado do período.

Demonstração dos Resultados Consolidada

Código de Contas	RENDIMENTOS E GASTOS	31/12/2021	31/12/2020
70	Impostos, contribuições e taxas	10 024 622,45	9 475 890,64
71	Vendas	1 671 055,51	1 665 602,18
72	Prestações de serviços e concessões	5 592 868,09	5 477 452,56
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	9 032 296,00	8 133 763,26
73	Variações nos inventários da produção	-	-
74	Trabalhos para a própria entidade	325 124,35	338 222,85
785 + 7921 - 685	Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	206,28	51 226,63
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 1 840 625,69	- 1 880 316,50
62	Fornecimentos e serviços externos	- 9 083 607,82	- 7 938 139,66
63	Gastos com pessoal	- 8 473 819,94	- 8 162 216,93
60-603	Transferências e subsídios concedidos	- 3 035 541,64	- 2 543 849,54
651-7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 45 490,30	- 19 825,24
67-763	Provisões (aumentos/reduções)	- 274 320,00	- 4 390,00
78	Outros rendimentos e ganhos	4 150 395,11	1 948 050,03
68	Outros gastos e perdas	- 666 983,33	- 351 428,09
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		7 376 179,07	6 190 042,19
64-761	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 4 789 191,48	- 4 552 107,65
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2 586 987,59	1 637 934,54
79	Juros e rendimentos similares obtidos	23 345,60	9 968,62
69	Juros e gastos similares suportados	- 57 738,68	- 65 929,15
Resultado antes de impostos		2 552 594,51	1 581 974,01
812	Impostos sobre o rendimento do período	- 4 901,98	- 1 234,93
Resultado líquido do período		2 547 692,53	1 580 739,08

Demonstração Financeira 2 – Demonstração dos Resultados Consolidada

3 – Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

A informação acerca dos fluxos de caixa é útil aos utilizadores das demonstrações financeiras que estão geralmente interessados em saber como é que a entidade gera e usa os seus recursos financeiros. Tal acontece independentemente da natureza das atividades da entidade e do dinheiro poder ser visto como o produto da entidade, como pode ser o caso de uma instituição pública. As entidades precisam de dinheiro geralmente pelas mesmas razões, por muito diferentes que sejam as atividades que constituem a principal fonte de rendimento, necessitando de recursos financeiros para pagar os bens e serviços que consomem, para suportar os custos financeiros da sua dívida e, em alguns casos, para reduzir os seus níveis de dívida.

C - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA (S/ REFERÊNCIAÇÃO DE CONTA

PERÍODO		ANO	ANO
2021/01/01 - 2021/12/31		2021	2020
C/ VISUALIZAÇÃO DE ACUMULADOS ILIZAÇÃO DE ACUMULADOS			
S/ VISUALIZAÇÃO DE CONTAS SEM MOVIMENTO			
Rubricas	Notas	Período 2021	Período 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		5 087 225,06 €	7 743 141,15 €
Recebimentos de contribuintes		9 521 658,26 €	8 721 818,07 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		8 516 048,55 €	8 127 343,25 €
Recebimentos de utentes		564 721,28 €	563 592,33 €
Pagamentos a fornecedores		-10 763 693,39 €	-9 922 316,22 €
Pagamentos ao pessoal		-8 438 187,90 €	-8 186 091,08 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-2 264 061,93 €	-3 193 005,21 €
Caixa gerada pelas operações		2 223 709,93 €	3 854 482,29 €
Outros recebimentos/pagamentos		-2 910 498,55 €	984 004,44 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		-686 788,62 €	4 838 486,73 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-1 478 751,86 €	-5 514 324,32 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		-604,99 €	-664,61 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis			
Recebimentos - Propriedades de Investimento		796 789,47 €	792 882,23 €
Recebimentos - Transferências de capital		3 933 507,56 €	4 075 652,93 €
Juros e rendimentos similares		2 717,91 €	6 704,03 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		3 253 658,09 €	-639 749,74 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		29 000,00 €	370 000,00 €
Recebimentos - Outras operações de financiamento			5 322,92 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-1 347 980,09 €	-1 163 458,07 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-57 738,68 €	-61 593,67 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-1 376 718,77 €	-849 728,82 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		1 422 758,56 €	3 349 008,17 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do pe		8 389 534,50 €	5 040 526,33 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do perío		9 616 611,31 €	8 389 534,50 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		8 389 534,50 €	5 040 526,33 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		8 389 534,50 €	5 040 526,33 €
SGA De execução orçamental		6 246 700,16 €	3 946 285,23 €
SGA De operações de tesouraria		2 142 834,34 €	1 094 241,10 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1.2.D	9 616 611,31 €	8 389 534,50 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		9 616 611,31 €	8 389 534,50 €
SGS De execução orçamental		7 334 756,20 €	6 246 700,16 €
SGS De operações de tesouraria		2 281 855,11 €	2 142 834,34 €

Demonstração Financeira 3 – Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

4 – Demonstração Consolidada das Alterações no Patrimônio Líquido

A demonstração consolidada das alterações no patrimônio líquido de uma entidade entre duas datas de relato reflete o aumento ou a diminuição nos seus ativos e passivos durante o período. Uma entidade deve apresentar uma demonstração de alterações no patrimônio líquido que evidencie: (a) O resultado do período; (b) Os rendimentos e gastos do período que, como exigido por outras Normas, seja reconhecido diretamente no patrimônio líquido; (c) O total de rendimentos e de gastos do período (somatório de (a) e (b)), mostrando separadamente as quantias totais atribuíveis aos proprietários da entidade que controla e aos interesses minoritários; e (d) Para cada componente do patrimônio líquido separadamente divulgado, os efeitos de alterações em políticas contábilísticas e correções de erros reconhecidos de acordo com a NCP 2 — Políticas Contábilísticas, Alterações em Estimativas Contábilísticas e Erros.

A demonstração consolidada das alterações no patrimônio líquido do grupo público do Município de Esposende para o período de 2021 é a que se segue:

DCAPL - DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
(Município de Esposende)								
Período							Ano	
01/01/2020							2020	
31/12/2020							Reexpresso	
Designação	Notas	Patrimônio Líquido atribuído aos detentores do Patrimônio Líquido da entidade que controla						Total do patrimônio líquido
		Patrimônio subscrito	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos	Outras vars. no patrimônio	Resultado líquido do	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	Divulgação Transitoria	46 064 588,99	25 878 473,52	-20 680 660,16	322 057,17	46 482 922,51	2 691 022,62	100 758 404,65
ALTERAÇÕES NO PERÍODO			-315 431,85	-389 662,21	8 979,77	3 538 735,24	-2 691 022,62	151 598,33
Ajustamentos de transição de referencial contábilístico				-3 205 255,04				
Alterações de políticas contábilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização								
Excedentes de revalorização e respetivas variações								
Transferências e subsídios de capital						4 025 652,93		4 025 652,93
Ajustamentos por impostos diferidos				-4 232,68		33 935,20		29 702,52
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido			-315 431,85	2 819 825,51	8 979,77	-520 852,89	-2 696 705,34	-704 184,80
Correção de erros materiais								
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							1 580 739,08	1 580 739,08
RESULTADO INTEGRAL							-1 115 966,26	-1 115 966,26
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Subscrições de capital/patrimônio								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
Subscrições de prêmios de emissão								
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		46 064 588,99	25 563 041,67	-21 070 322,37	331 036,94	50 021 657,75	1 580 739,08	102 490 742,06

Demonstração Financeira 4 – Demonstração consolidada das Alterações no Patrimônio Líquido - Ano 2020

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - GRUPO MUNICIPAL								
(Município de Esposende - Grupo Municipal)								
Período	(Periodicidade Mensal / Período Mensal Após Apuramento dos Resultados)						Ano	
01/01/2021	Visualizar Contas: <input type="checkbox"/> Mês <input type="checkbox"/> Anos						2021	
31/12/2021								
Designação	Notas	Patrimônio Líquido atribuído aos detentores do Patrimônio Líquido da entidade que controla						Total do patrimônio líquido
		Capital / Patrimônio subscrito	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras vars. no patrimônio líquido	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO REEXPRESSO	2.1.10	46 064 588,99 €	25 563 041,67 €	-21 070 322,37 €	331 036,94 €	50 021 657,75 €	1 580 739,08 €	102 490 742,06 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO (2)			0,00 €	1 833 206,66 €	-7 902,71 €	1 783 987,14 €	-1 580 739,08 €	2 028 555,01 €
Ajustamentos de transição de referencial contábilístico								
Alterações de políticas contábilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização								
Excedentes de revalorização e respetivas variações								
Transferências e subsídios de capital						3 636 320,88 €		3 636 320,88 €
Ajustamentos por impostos diferidos		0,00 €	0,00 €		0,00 €	210 792,92 €		210 792,92 €
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido			1 833 206,66 €		-7 902,71 €	-2 063 136,66 €	2 547 692,53 €	2 309 872,82 €
Correção de erros materiais								
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (3)							2 547 692,53 €	2 547 692,53 €
RESULTADO INTEGRAL (4)=(2)+(3)							966 953,45 €	966 953,45 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO (5)								
Subscrições de capital/patrimônio								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
Subscrições de prêmios de emissão								
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO (6)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)		46 064 588,99 €	25 563 041,67 €	-19 237 115,71 €	323 134,23 €	51 805 644,80 €	2 547 692,53 €	107 066 989,80 €

Demonstração Financeira 5 – Demonstração consolidada das Alterações no Patrimônio Líquido - Ano 2021

VII – Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

NOTA 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE, PERÍODO DE RELATO E REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As notas que a seguir se apresentam estão de acordo com as divulgações exigidas nas NCP, relativamente às contas consolidadas. As notas cumprem a numeração sequencial definida no SNC-AP, sendo as notas omissas não aplicáveis ou não relevantes para a leitura das demais demonstrações financeiras. Os valores encontram-se expressos em Euros.

1.1. Identificação da entidade, período de relato

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende foram elaboradas em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, o qual aprova o SNC-AP, e define as novas normas relativas à consolidação de contas para as Administrações Públicas. Em consonância com o referido nas demonstrações financeiras separadas do Município de Esposende, o Grupo Público do Município de Esposende é constituído pelas participadas identificadas abaixo.

a) Entidades incluídas no perímetro de consolidação:

Denominação da Entidade	Sede Social	NIPC	Totalidade dos Fundos Patrimoniais detidos		Motivos da Inclusão	Obs.
			Capital Subscrito	% de Capital Detido		
Município de Esposende	Rua 1.º de Dezembro 4740 - 223 - Esposende	506 617 599			Entidade - mãe obrigada à elaboração de Contas Consolidadas nos termos do n.º 6 do artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro	
Esposende 2000 - Actividades Desportivas e Recreativas, EM - Sociedade Unipessoal, Lda	Av. Eng.º Arantes de Oliveira 4740 - 204 - Esposende	503 879 614	100 000,00	100%	Municípios que detenham Entidades Empresariais Municipais, devem incluir as contas consolidadas, nos termos do n.º 6 do artigo 75.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro	
EAMb - Esposende Ambiente, EM - Sociedade Unipessoal, Lda	Travessa Conde de Agrolongo, n.º 10 4740 - 245 - Esposende	507 068 076	20 250 000,00	100%		

b) Entidades excluídas do perímetro de consolidação:

Denominação da Entidade	Sede Social	NIPC	Totalidade dos Fundos Patrimoniais detidos			Motivos da Exclusão
			Capital Subscrito	% de Capital Detido	Proporção do Capital detido	
Zendensino, CIPRL	Rua Amorim Campos, 4740-335 Fão	504639862	5 150,00	.49,90%	2 550,00	
Comunidade Intermunicipal do Cávado (CiM do Cávado)	Rua do Carmo, 29, 4700-309 Braga	508779472				
Agência de Energia do Cávado	Rua do Carmo, 29, 4700-309 Braga	509401848				
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa, 52, 3004 - 511 Coimbra	501627413				
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo	508905435				Não se verificam os pressupostos previstos no n.º. 6 do artº 75, da Lei 73/2013, de 3 de setembro
CIAB	Rua D. Afonso Henriques, 1, 4700-030 Braga	505214504				
Águas do Norte, SA	Av. Osnabruck, 29, 5000-427 Vila Real	513606084	111 061 732,00	0,91%	1 013 020,00	
CELANUS - Empresa Turismo	Hotel Ofir, 4740 - 405 Fão	500523738	250 000,00	1%	2 500,00	
Resulima - Valorização Tratamento Resíduos Sólidos	Aterro Sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado, 4936-908 Vila Nova de Anha	503694398	2 500 000,00	4,80%	120 000,00	
Polis Litoral Norte	Edifício de Apoio à Doca de Recreio, 4900-405 Viana do Castelo	508829569	26 100 000,00	15%	3 110 000,00	
FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	Praça do Comércio, Ala Oriental, 1149 - 015 Lisboa	513319183	650 000 000,00	0,15%	633 096,00	

O perímetro de consolidação financeiro é constituído de entre as entidades identificadas no quadro acima, apenas pelas participadas nas quais o Município de Esposende detém controlo (aplicando-se o

método de consolidação integral) ou influência significativa (aplicando-se o método da equivalência patrimonial).

O período de relato das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende corresponde ao ano civil de 2021 (1 de janeiro a 31 de dezembro de 2021), devendo ser aprovadas até ao final do mês de junho de 2022.

1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas

A. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o GPME, exceto quanto aos requisitos das NCP 6/11/12 e 16 que não foram aplicados porque não se adequam à realidade do GPME. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as bases para a apresentação de demonstrações financeiras, os modelos de demonstrações financeiras, o código de contas e as normas contabilísticas públicas e de relato financeiro, e as normas interpretativas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, mantendo uma apresentação apropriada mediante a aplicação e conformidade com o normativo aplicável, incluindo as políticas contabilísticas, para que seja proporcionada informação relevante, fiável, comparável e compreensível, e proporcionando divulgações adicionais sempre que as disposições contidas nas NCP possam ser insuficientes para permitir a sua compreensão.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil e de acordo com o regime do acréscimo.

Conforme o preconizado no art.º 13º do Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro “quando o SNC-AP não contemplar o tratamento contabilístico de determinada transação ou evento, atividade ou circunstância, aplicam-se subsidiariamente pela ordem seguinte:

- a) As Normas Internacionais de Contabilidade Pública que estiverem em vigor;
- b) O SNC;
- c) As Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia;
- d) As Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board.

B. DERROGAÇÕES DAS DISPOSIÇÕES DO SNC-AP

Durante o ano de 2021 não ocorreram derrogações das disposições do SNC-AP que produzissem efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas, pelo que a imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados do GPME encontra-se assegurada.

C. COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras consolidadas são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior, apresentados como comparativos nas presentes demonstrações financeiras consolidadas. Para o efeito as demonstrações financeiras consolidadas referentes ao período de 2020 foram reexpressas de modo a salvaguardar a comparabilidade entre os períodos, conforme se identifica na Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido de 2020. Assim, a prestação de contas do Grupo Público do Município de Esposende do período de 2021 é comparável com a do período homólogo.

D. DESAGREGAÇÃO DE CAIXA E DEPÓSITOS

Os depósitos bancários contêm valores em Euros para os quais o risco de alteração de valor não é significativo. Todos os montantes incluídos nestas rubricas são passíveis de ser realizados no curto prazo não existindo penhoras ou garantias prestadas sobre estes ativos.

Conta	Descrição	PERÍODOS	
		31.12.2021	31.12.2020
11	Caixa	10 916,66	13 433,59
12	Depósitos à ordem	8 436 901,88	7 328 649,64
13	Outros depósitos	1 168 792,77	1 047 451,27
		9 616 611,31	8 389 534,50

Os outros depósitos estão relacionados com depósitos de garantias e cauções.

NOTA 2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

2.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa mãe e das participadas que compõem o Grupo Público do Município de Esposende tendo em consideração as disposições do SNC-AP e SNC¹ respetivamente.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o exercício de reporte.

Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Órgão executivo foram efetuadas com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso. O Órgão executivo do Município de Esposende entende que as demonstrações

¹ De acordo com o referencial das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), previstas pelo Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado em 01.01.2016 é a Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que transpôs a Diretiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, que alterou os Decretos-Leis n. os 158/2009, de 13 de julho, e 36-A/2011, de 9 de março.

financeiras consolidadas anexas e as notas que se seguem asseguram uma adequada apresentação da informação financeira.

Tendo por base o disposto nas NCP as políticas contabilísticas adotadas pelo GPME foram as seguintes:

2.1.1. Pressuposto da continuidade

De acordo com o pressuposto da continuidade, o Grupo Público do Município de Esposende avaliou a informação de que dispõe e as suas expectativas futuras, considerando a capacidade de prosseguir com a sua atividade.

Da avaliação resultou que apesar do vírus SARS-CoV2 continuar ativo e, não ser possível estimar, com razoável grau de confiança, os eventuais efeitos negativos na economia portuguesa e na atividade do GPME, o órgão executivo considera que, apesar do surgimento do novo Coronavírus, a preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 deve ser efetuada no pressuposto da continuidade das operações e não espera impactos significativos nos próximos 12 meses que justifiquem a adoção de outra base contabilística.

2.1.2. Pressuposto do acréscimo (ou da periodização económica)

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de outras contas a pagar e a receber e nas rubricas de diferimentos.

2.1.3. Consistência da apresentação

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras consolidadas são consistentes ao longo dos períodos.

2.1.4. Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, avaliados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se poderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas pelos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas.

Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na fase das demonstrações financeiras consolidadas pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

2.1.5. *Compensação*

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço consolidado e da demonstração dos resultados consolidada. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida.

2.1.6. *Informação comparativa*

As políticas contábilísticas e os critérios de mensuração adotados pelo GPME no exercício de 2021 foram consistentes com os aplicados pelo grupo na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior. Para o efeito as demonstrações financeiras consolidadas referentes ao período de 2020 foram reexpressas de modo a salvaguardar a comparabilidade entre os períodos, conforme se identifica na Demonstração Consolidada das Alterações no Património Líquido de 2020. Assim, a prestação de contas do Grupo Público do Município de Esposende do período de 2021 é comparável com a do período homólogo.

2.1.7. *Classificação de Balanço Consolidado*

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço consolidado são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

2.1.8. *Principais estimativas e julgamentos*

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Órgão executivo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que concerne ao impacto nos gastos e rendimentos reais.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto na NCP 2.

As estimativas contábilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 incluem análises de imparidade, remunerações a liquidar, ajustamentos aos valores do ativo e provisões.

2.1.9. *Acontecimentos subsequentes*

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no presente Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

2.1.10. Alterações de políticas, estimativas e erros

No período foram registados erros - relacionados com o reconhecimento de abates de diversos bens - considerados materiais, relativos aos períodos de 2000 a 2013 (exceto 2012). Consequentemente, em conformidade com a NCP 2, foi efetuado o registo através da reexpressão da informação financeira anteriormente divulgada, apresentada para efeitos comparativos, relativa ao exercício de 2020. Assim, os resultados transitados de 2020 foram diminuídos em €3.205.255,04 com efeitos a 01 de janeiro de 2020. A reexpressão efetuada teve os seguintes impactos:

Rubrica	31/12/2020 divulgado	Efeito da reexpressão	31/12/2020 reexpresso
Ativos fixos tangíveis	77 014 768,28	-3 087 973,40	73 926 794,88
Propriedades de Investimento	553 854,39	-117 281,64	436 572,75
Total do Ativo	116 128 121,02	-3 205 255,04	112 922 865,98
Resultados transitados	-17 849 571,94	-3 205 255,04	-21 054 826,98
Total do património líquido	105 695 997,10		102 490 742,06

Em prol da imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras consolidadas tornou-se necessário reexpressar o período de 2020.

Durante o exercício de 2021 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período comparativo.

NOTA 3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCP 3, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os gastos com investigação são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidada quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

3.1. Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Rubrica	31.12.2021			31.12.2020		
	Quantia Bruta Consolidada	Amortizações acumuladas Consolidadas	Quantia escriturada Consolidada	Quantia Bruta Consolidada	Amortizações acumuladas Consolidadas	Quantia escriturada Consolidada
Projetos de desenvolvimento	321 875,83	236 648,12	85 227,71	321 875,83	218 374,04	103 501,79
Programas de computador e sistemas de informação	457 765,03	384 226,84	73 538,19	339 777,48	285 173,65	54 603,83
Propriedade industrial e intelectual	3 277,25		3 277,25	3 277,25		3 277,25
total	782 918,11	620 874,96	162 043,15	664 930,56	503 547,69	161 382,87

3.2. Ativos intangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubrica	Grupo Público do Município de Esposende 2021				Grupo Público do Município de Esposende 2020			
	Início do período Município Consolidado	Variações Consolidado		Quantia escriturada final Município Consolidado	Início do período Município Consolidado	Variações Consolidado		Quantia escriturada final Município Consolidado
Projetos de desenvolvimento	103 501,79		-15 979,08	87 522,71	117 185,87		-15 979,08	101 206,79
Programas de computador e sistemas de informação	54 603,83	117 987,55	-101 348,19	71 243,19	38 280,62	53 848,07	-35 229,86	56 898,83
Propriedade industrial e intelectual	3 277,25			3 277,25	3 277,25			3 277,25
total	161 382,87	117 987,55	-117 327,27	162 043,15	158 743,74	53 848,07	-51 208,94	161 382,87

3.2.A. Ativos intangíveis – adições

Rubrica	Adições Consolidado 2021			Adições Consolidado 2020		
	Compra	Reclassificações	Total	Compra	Reclassificações	Total
Projetos de desenvolvimento						
Programas de computador e sistemas de informação	117 987,55		117 987,55	53 848,07		53 848,07
Propriedade industrial e intelectual						
total	117 987,55	-	117 987,55	53 848,07	-	53 848,07

NOTA 4. ACORDOS DE CONCESSÃO

Existe um acordo de exploração de concessão de distribuição de eletricidade com a entidade EDP Distribuição - Energia, S.A..

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão
Exploração da concessão de distribuição de eletricidade	EDP Distribuição - Energia, S.A.	Infraestruturas elétricas

NOTA 5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo, sendo de registar que o gasto de depreciação dos ativos iniciou quando estes ficaram disponíveis para uso e cessa quando os ativos são desreconhecidos. Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respetiva NCP, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor. Os ativos tangíveis fixos tangíveis adquiridos numa transação sem contraprestação (não inclui imóveis) foram mensurados ao valor de mercado.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o respetivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem, de acordo com o CC2 que constitui anexo ao SNC-AP.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

O movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

5.1. Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Rubrica	31.12.2021			31.12.2020		
	Quantia Bruta Consolidada	Amortizações acumuladas Consolidada	Quantia escriturada Consolidada	Quantia Bruta Consolidada	Amortizações acumuladas Consolidada	Quantia escriturada Consolidada reexpressa
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	60 043 069,07	37 267 495,97	22 775 573,10	59 109 135,83	37 456 037,21	21 653 098,62
Terrenos e recursos naturais	15 401 871,45	-	15 401 871,45	17 999 020,94	2 713 357,89	15 285 663,05
Edifícios e outras construções	39 279 926,89	13 889 103,04	25 390 823,85	39 257 932,40	11 232 041,73	28 025 890,67
Equipamento básico	56 374 560,77	35 667 128,60	20 707 432,17	55 677 065,79	34 300 916,77	21 376 149,02
Equipamento de transporte	2 216 178,56	1 889 187,31	326 991,25	2 363 172,77	1 989 331,19	373 841,58
Equipamento administrativo	4 535 265,78	4 080 888,33	454 377,45	4 320 303,90	3 933 718,60	386 585,30
Outros ativos fixos tangíveis	1 699 324,27	1 491 779,26	207 545,01	1 673 114,33	1 439 095,84	234 018,49
Investimentos em Curso	18 489 162,76	-	18 489 162,76	12 774 944,99	-	12 774 944,99
total	198 039 359,55	94 285 582,51	103 753 777,04	193 174 690,95	93 064 499,23	100 110 191,72

A reexpressão das quantias escrituradas em 2020 está relacionada com regularizações de bens abatidos em períodos anteriores que não foram, nessa data, registados no património e na contabilidade.

5.2. Ativos fixos tangíveis - quantia escriturada e variações do período

Rubrica	Grupo Público do Município de Esposende 2021				Grupo Público do Município de Esposende 2020					
	Início do período Consolidado Reexpresso	Adições	Diminuições	Depreciações do período	Quantia escriturada final Consolidada	Início do período Consolidado	Adições	Diminuições	Depreciações do período	Quantia escriturada final Consolidada Reexpresso
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	21 653 098,62	950 726,13	2 410 499,26	-2 238 508,47	22 775 815,54	21 838 107,57	2 101 093,03	-39 510,48	-2 094 185,81	21 805 504,31
Terrenos e recursos naturais	15 285 663,05	557 210,90	-441 002,50	-	15 401 871,45	17 770 412,14	1 067 214,76	-3 551 963,85	-	15 285 663,05
Edifícios e outras construções	28 025 890,67	610 987,20	-2 455 789,30	-791 419,82	25 389 668,75	28 858 400,13	228 857,36	-406 898,90	-801 852,99	27 878 505,60
Equipamento básico	21 376 149,02	697 494,98	-	-1 365 277,63	20 708 366,37	21 647 469,40	1 086 497,34	-	-1 356 883,45	21 377 083,29
Equipamento de transporte	373 841,58	15 350,01	-442,72	-61 757,62	326 991,25	156 990,07	247 000,00	-	-30 148,49	373 841,58
Equipamento administrativo	386 585,30	214 961,88	-	-147 191,27	454 355,91	434 459,17	103 813,95	-	-151 709,42	386 585,30
Outros ativos fixos tangíveis	234 018,49	26 209,94	-	-52 683,42	207 545,01	219 095,89	66 015,21	-	-51 092,61	234 018,49
Investimentos em Curso	12 774 944,99	7 399 078,92	-1 684 861,15	-	18 489 162,76	10 269 855,04	5 303 776,21	-2 804 619,55	-	12 769 011,70
total	100 110 191,72	10 472 019,96	-2 171 596,41	-4 656 838,23	103 753 777,04	101 194 789,41	10 204 267,80	-6 802 992,76	-4 485 872,77	100 110 191,72

5.2A. Ativos fixos tangíveis – adições

Rubrica	Adições Consolidadas 2021		Total Consolidado	Adições Consolidadas 2020		Total Consolidado
	Compra	Reclassificações		Compra	Reclassificações	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	950 726,13	-	950 726,13	2 071 871,95	29 221,08	2 101 093,03
Terrenos e recursos naturais	557 210,90	-	557 210,90	1 067 214,76	-	1 067 214,76
Edifícios e outras construções	610 987,20	-	610 987,20	19 276,10	209 581,26	228 857,36
Equipamento básico	697 494,98	-	697 494,98	1 086 497,34	-	1 086 497,34
Equipamento de transporte	15 350,01	-	15 350,01	247 000,00	-	247 000,00
Equipamento administrativo	214 961,88	-	214 961,88	103 813,95	-	103 813,95
Outros ativos fixos tangíveis	26 209,94	-	26 209,94	66 015,21	-	66 015,21
Investimentos em Curso	7 399 078,92	-	7 399 078,92	5 303 776,21	-	5 303 776,21
total	10 472 019,96	0,00	10 472 019,96	9 965 465,52	238 802,34	10 204 267,86

5.2B. Ativos fixos tangíveis – diminuições

Rubrica	Diminuições Consolidadas 2021				Total Consolidado	Diminuições Consolidadas 2020		
	Alienações	Reclassificações	Abates	Regularizações		Alienações	Reclassificações	Total Consolidado
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	45 564,21			-10 730,45	34 833,76			-39 510,48
Terrenos e recursos naturais	-242 750,00	-1 995,00	-30 778,00	-2 751 157,89	-3 026 680,89	-3 551 963,85		-3 551 963,85
Edifícios e outras construções	-218 533,75			-363 885,06	-582 418,81	-43 013,84		-43 013,84
Equipamento básico								
Equipamento de transporte			-134 910,34	134 467,62	-442,72			
Equipamento administrativo								
Outros ativos fixos tangíveis								
Investimentos em Curso		-1 434 872,20			-1 434 872,20	-2 254 830,76	-549 788,79	-2 804 619,55
total	-415 719,54	-1 436 867,20	-165 688,34	-2 991 305,78	-5 009 580,86	-5 849 808,45	-589 299,27	-6 439 107,72

NOTA 7. CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Entidade do Perímetro da Consolidação	Entidade Credora	Descrição	Valor Contratado	Capital em dívida em 31-12-2021	Capital em dívida em 31-12-2020	Data de vencimento
Município de Esposende	Caixa Geral de Depósitos	CGD - Emp. n. 0288.001207.9.91	181 758,92 €	12 295,67 €	20 492,78 €	16/03/2023
		CGD - Emp. n. 0288.001279.7.91	56 445,97 €	4 942,79 €	7 414,19 €	10/12/2023
		CGD - Emp. n. 9015.002831.7.91	190 338,87 €	- €	10 550,57 €	03/10/2021
		CGD - Emp. n. 0288.001294.0.91	3 242 186,32 €	- €	121 017,31 €	26/04/2021
		CGD - Emp. n. 9015.002203.3.91	1 995 191,59 €	- €	135 546,09 €	24/09/2021
		CGD - Emp. n. 9015.002735.3.91	241 243,60 €	64 795,84 €	75 562,38 €	17/05/2027
	Novo Banco	BES - Emp. n. 6410.4252.2000	256 371,59 €	7 121,46 €	21 364,34 €	02/08/2022
		BES - Emp. n. 6410.4252.2108	84 941,28 €	2 359,48 €	7 078,44 €	02/08/2022
		BES - Emp. n. 6410.4252.2205	47 568,48 €	1 269,84 €	3 809,54 €	02/08/2022
		BES - Emp. n. 6410.4252.2302	70 602,48 €	1 884,70 €	5 654,15 €	02/08/2022
	Santander Totta	TOTTA - Emp. n. 003.00781376096	656 448,00 €	120 924,55 €	155 474,45 €	15/12/2024
		TOTTA - Emp. n. 003.04183975096	934 000,00 €	295 111,06 €	350 666,62 €	29/02/2028
	Crédito Agrícola	CA - POLIS LITORAL NORTE	2 610 000,00 €	950 248,58 €	1 060 710,77 €	19/03/2030
		Plano de Investimentos nas Freguesias	3 500 000,00 €	2 916 666,68 €	3 111 111,12 €	03/08/2036
		Plano de Investimentos nas Freguesias - 2ª fase	2 095 000,00 €	1 759 998,31 €	09/03/2042	
Esposende 2000, EM	Caixa Geral de Depósitos	Conta Corrente Cauçionada	150 000,00 €	-	120 000,00 €	02/12/2026
	Crédito Agrícola	MLP	250 000,00 €	250 000,00 €	250 000,00 €	19/05/2021
Esposende Ambiente, EM	Caixa Geral de Depósitos	9015006156991	5 000 000,00 €	929 156,31 €	1 337 312,55 €	09/03/2024
Total			21 562 097,10 €	7 316 775,27 €	6 793 765,30 €	

NOTA 8 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

De acordo com a NCP1, teria que ser divulgado o justo valor das propriedades de investimento. Até ao final da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, não foi possível apurar com fiabilidade o respetivo justo valor.

Conforme nota 2.1.10 esta rubrica foi objeto de reexpressão em virtude de no processo de transição não ter sido devidamente aplicadas as taxas de depreciações pela aplicação do classificador complementar 2, cadastro e vida útil das propriedades de investimento previsto no Decreto-lei 192/2015 de 11 de setembro (SNC-AP).

De seguida apresenta-se o quadro com as propriedades de investimento no início e no final do ano.

8.1. Propriedades de investimento – Modelo do justo valor

Rubrica	31.12.2021			31.12.2020		
	Quantia Bruta Consolidada	Amortizações acumuladas Consolidadas	Quantia escriturada Consolidada	Quantia Bruta Consolidada	Amortizações acumuladas Consolidadas	Quantia escriturada Consolidada reexpressa
Terrenos e recursos naturais	32 920,66		32 920,66	32 920,66		32 920,66
Edifícios e outras construções	751 302,77	362 676,66	388 626,11	751 302,77	347 650,68	403 652,09
total	784 223,43	362 676,66	421 546,77	784 223,43	347 650,68	436 572,75

8.2. Propriedades de investimento – Modelo do justo valor – quantia escriturada e variações do período

Rubrica	Quantia Inicial do período Consolidado reexpressa	Variações			Quantia escriturada final Consolidada reexpressa
		Adições Consolidadas	Diminuições Consolidadas	Depreciações do período Consolidadas	
Terrenos e recursos naturais	32 920,66				32 920,66
Edifícios e outras construções	403 652,09			-15 025,98	388 626,11
total	436 572,75	0,00	0,00	-15 025,98	421 546,77

NOTA 9. IMPARIDADE DE ATIVOS

Rubrica	Ano 2021				Ano 2020			
	Quantia escriturada inicial Consolidada	Reforços	Reversões	Quantia escriturada final Consolidada	Quantia escriturada inicial Consolidada	Reforços	Reversões	Quantia escriturada final Consolidada
Imparidades de clientes, contribuintes	665 829,57	46 038,84	548,54	711 319,87	655 146,48	20 844,66	10 161,57	665 829,57
total	665 829,57	46 038,84	548,54	711 319,87	655 146,48	20 844,66	10 161,57	665 829,57

A reversão do período ocorreu por força da anulação da dívida pelo método direto e não pelo recebimento.

NOTA 10. INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários de vender. Os inventários adquiridos através de uma transação sem contraprestação, são mensurados pelo justo valor à data de aquisição. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença.

O método de custeio utilizado foi o custo médio ponderado. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

10.1. Inventários

Rubrica	Consolidado 2021 31.12.2021			Consolidado 2020 31.12.2020		
	Quantia Bruta Consolidada	Imparidade acumulada Consolidada	Quantia recuperável Consolidada	Quantia Bruta Consolidada	Imparidade acumulada Consolidada	Quantia recuperável Consolidada
Mercadorias	55 299,99		55 299,99	54 715,56		54 715,56
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	206 315,97		206 315,97	243 393,40		243 393,40
total	261 615,96	0,00	261 615,96	298 108,96	0,00	298 108,96

10.2. Inventários: Movimentos do período

Rubrica	Movimentos do período 31.12.2021				Movimentos do período 31.12.2020					
	Quantia escriturada inicial Consolidada	compras líquidas	Consumos/gastos	Outras reduções	Quantia escriturada final Consolidada	Quantia escriturada inicial Consolidada	compras líquidas	Consumos/gastos	Outras reduções	Quantia escriturada final Consolidada
Mercadorias	54 715,56	1 397 198,94	-1 396 544,51	-70,00	55 299,99	2 929,21	1 389 239,48	-1 337 453,13		54 715,56
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	243 393,40	408 026,26	-444 051,18	-1 052,51	206 315,97	207 073,58	579 183,19	-542 863,37		243 393,40
total	298 108,96	1 805 225,20	-1 840 595,69	-1 122,51	261 615,96	210 002,79	1 968 422,67	-1 880 316,50	0,00	298 108,96

NOTA 13. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES COM CONTRAPRESTAÇÃO

O rendimento é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. A quantia de rendimento proveniente de uma transação é geralmente determinada por acordo entre a entidade e o comprador ou utilizador do ativo ou serviço e é mensurada pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber tendo em conta as quantias de quaisquer descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Na maior parte dos casos, a retribuição é feita sob forma de caixa ou de equivalentes de caixa e a quantia do rendimento é a quantia de caixa ou de equivalentes de caixa recebida ou a receber.

O rédito compreende os rendimentos associados a vendas e a serviços prestados. O rédito é reconhecido nas vendas aquando da passagem para o comprador dos riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos vendidos e nos serviços prestados é reconhecido na demonstração dos resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

Caso se verifiquem situações em que os serviços faturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é registada na rubrica de rendimentos a reconhecer, sendo registados na demonstração dos resultados à medida que os mesmos são prestados e os respetivos gastos, associados a essa prestação, são incorridos.

Foram considerados rendimentos com contraprestação oriundos das vendas e prestações de serviços:

Rubrica	Rendimento do	Rendimento do
	Ano 2021	Ano 2020
	Consolidado	Consolidado
Taxas, multas e outras penalidades	560 865,97	565 427,72
Mercados e feiras	49 219,01	47 165,85
Loteamentos e obras	419 018,49	426 971,97
Licença sobre o ruído	31,50	15,00
Taxa de Depósito da Ficha Técnica de Habitação (TDFTH)	210,00	219,50
Taxa pela Emissão do Certificado de Registo	657,47	428,07
Outras	34 353,18	25 921,27
Multas e outras penalidades	57 376,32	64 706,06
VENDAS	1 671 055,51	1 665 602,18
Mercadorias e Bens	16 039,25	13 600,33
Livraria, papelaria e artigos institucionais para venda	101,48	249,63
Água de Consumo Humano	1 654 048,38	1 650 252,62
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	866,40	1 499,60
Prestação de Serviços	5 592 868,09	5 477 452,56
Resíduos Sólidos	1 520 152,12	1 504 047,83
Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	5 224,42	4 370,51
Serviços Desporto	1 105,00	7 079,00
Outros	3 424,01	2 931,19
Vistorias e ensaios	10 426,00	8 930,00
Aluguer de Espaços	17 561,81	3 336,02
Prestação de Serviços de água e Saneamento	3 680 879,69	3 625 641,23
Serviços desportivos e recreativos	346 052,34	314 533,44
Outras prestações de serviços	8 042,70	6 583,34
Alienações	348 573,28	1 920,00
Alienações de Ativos Fixos Tangíveis	348 573,28	1 920,00
Rendas em propriedades de investimento	813 655,38	776 397,12
Rendas Terrenos Concessionário Energia Elétrica (EDP)	740 869,48	740 557,27
Outros	4 300,00	3 000,00
Edifícios e outras construções	68 485,90	32 839,85
Outros rendimentos e ganhos	35 216,83	187 408,85
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	23 345,60	9 968,62
Total	9 045 580,66	8 684 177,05

NOTA 14. RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Um influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação reconhecido como um ativo é reconhecido como rendimento, exceto até ao ponto em que for também reconhecido um passivo relativo ao mesmo influxo. Assim, satisfeita uma obrigação presente reconhecida como um passivo com respeito a um influxo de recursos proveniente de uma transação sem contraprestação, é reduzida a quantia escriturada do passivo reconhecido e reconhecer uma quantia de rendimento igual a essa redução.

O reconhecimento de um aumento no ativo em consequência de uma transação sem contraprestação, reconhece o respetivo rendimento. Se tiver sido reconhecido um passivo relativamente ao influxo de recursos provenientes de uma transação sem contraprestação, quando o passivo for subsequentemente reduzido o rendimento é reconhecido, porque ocorre o acontecimento tributável ou é satisfeita a condição. Se um influxo de recursos satisfizer a definição de contribuições dos proprietários, não é reconhecido como um passivo nem como um rendimento.

O momento do reconhecimento do rendimento é determinado pela natureza das condições e respetivo cumprimento.

Rubrica	Rendimento do Ano	Rendimento do Ano
	2021	2020
	Consolidado	Consolidado
Impostos diretos	5 746 623,77	5 613 955,66
Imposto municipal sobre imóveis	4 728 582,16	4 658 881,77
Imposto único de circulação	1 016 951,29	955 073,89
Outros		
Impostos indiretos	3 717 132,71	3 296 507,26
Impostos indiretos específicos das autarquias locais	462 212,02	696 989,81
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	3 254 920,69	2 599 517,45
Transferências e subsídios correntes obtidos	9 032 296,00	8 133 763,26
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	4 859 582,00	4 434 960,00
Fundo Social Municipal (FSM)	842 214,00	842 214,00
Participação no IRS	1 505 988,00	1 423 837,00
Participação do IVA	172 193,66	202 970,86
Outras	681 270,28	870 380,81
Serviços e Fundos Autónomos	48 884,60	50 329,02
Empresas Locais		
Instituições sem fins lucrativos	5 987,00	13 883,00
FEDER	388 225,48	175 810,90
Outras	527 947,23	118 975,45
Sociedades e quase sociedades não financeiras	3,75	402,22
Contratos Programa		
Reversões	0,00	0,00
De provisões	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	325 124,35	338 222,85
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	2 900 995,66	982 324,06
Outros Rendimentos e ganhos	51 953,96	
Aplicação do método de equivalência patrimonial	206,28	51 226,63
total	21 774 332,73	18 415 999,72

NOTA 15. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo GPME, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das

contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para €837 420,00 que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos.

Estão no quadro abaixo refletidos os movimentos do GPME relativos a provisões:

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Ano 2021				Ano 2021				Quantia escriturada final
		Aumentos		Diminuições		Aumentos		Diminuições		
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total dos aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total das diminuições	
Processos judiciais em curso	563 100,00	274 320,00			274 320,00					837 420,00
total	563 100,00	274 320,00	0,00	0,00	274 320,00	0,00	0,00	0,00	0,00	837 420,00

NOTA 17. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no presente Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas foram emitidas para a aprovação em 02 de junho de 2021, pelo órgão executivo do Município de Esposende. Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de dezembro de 2021 estão pendentes de aprovação pelo órgão deliberativo (Assembleia Municipal). No entanto, o Órgão Executivo do Município entende que as mesmas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

Contudo, em consonância com o descrito na nota 2.1.1. "Pressuposto da continuidade", apesar de todos os constrangimentos que esta pandemia possa provocar no ano económico de 2021 e seguintes, o Grupo Público do Município de Esposende avaliou a informação de que dispõe e os principais pressupostos relativos ao futuro, considerando a capacidade de prosseguir com a sua atividade.

NOTA 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

18.1. O detalhe das participações financeiras encontra-se no quadro seguinte:

Designação	Sede	Participação		Capital próprio/Fundo Patrimonial	Resultado Líquido	
		Valor	%		Valor	Ano
Comunidade Intermunicipal do Cávado	Rua do Carmo, 29, 4700-3 09 Braga		8,65%	2 417 090,55	63 908,50	2020
Agência de Energia do Cávado	Rua do Carmo, 29, 4700-3 09 Braga		14,30%	34 542,01	5 982,00	2020
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marinho e Sousa 52, 3004 - 511 Coimbra		0,32%	2 873 716,19	573 688,05	2021
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Praça do Comércio, A la Oriental, 1149-015 Lisboa	633 096,00	0,15%	424 650 004,18	5 378 171,80	2019
Esposende 2000 E.M	Av. Eng. Arantes e Oliveira, 4740-204 Esposende	100 000,00	100,00%	451 609,98	-64 637,77	2021
EAMB - Esposende Ambiente, E.M.	Rua da Ribeira, 4740-245 Esposende	20 250 000,00	100,00%	22 369 531,93	14 728,78	2021
Águas do Norte	Av. Osabruck, 29, 5000-427 Vila Real	1 013 020,00	0,91%	275 448 105,24	4 199 667,92	2021
CELANUS - Empresa Turismo	Hotel O fir, 4740 - 405 Fão	2 500,00	1,00%	920 851,17	165,04	2020
Resulima - Valorização Tratamento Resíduos Sólidos	Aterro Sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado, 4936-908 Vila Nova de Anha	120 000,00	4,80%	23 301 140,00	61 251,00	2021
Zendensino, C IPRL	Rua Amorim Campos, 4740-335 Fão	2 550,00	49,90%	755 745,77	413,39	2021
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo			12 170 331,33	676 880,04	2020
Pólis Litoral Norte	Edifício de Apoio à Doca de Recreio, 4900-405 Viana do Castelo	9 110 000,00	15,00%	6 275 250,72	0,00	2019
CIAB	Rua D. Afonso Henriques, 1, 4700-030 Braga			215 476,55	16 816,18	2020

NOTA 19- BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O GPME atribui os seguintes benefícios de curto prazo aos seus empregados: salários, contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, ausências permitidas a curto prazo e quaisquer outras retribuições previstas na Lei.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 01 de janeiro de cada ano e reporta ao trabalho prestado no ano civil anterior.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

O número total de trabalhadores ao serviço do GPME no final de cada exercício é o seguinte:

Categoria	N.º funcionários											
	Município de Esposende			Esposende 2000, EM			Esposende Ambiente, EM			GPME		
	2020	2021	N.º Médio	2020	2021	N.º Médio	2020	2021	N.º Médio	2020	2021	N.º Médio
Dirigente Superior	0	0	0	1	1	1	1	1	1	2	2	2
Dirigente Intermédio	4	4	4	0	1	1	4	4	4	8	9	9
Carreiras Gerais - Técnico Superior	73	70	72	2	1	2	17	18	18	92	89	91
Carreiras Gerais - Assistente Técnico	65	68	67	1	1	1	12	12	12	78	81	80
Carreiras Gerais - Assistente Operacionais	56	64	60	0	4	2	69	66	68	125	134	130
Informática	5	5	5	0	0	0	3	2	3	8	7	8
Auxiliar de Limpeza	0	0	0	4	8	6	0	0	0	4	8	6
Nadador Salvador	0	0	0	3	3	3	0	0	0	3	3	3
Rececionista	0	0	0	5	5	5	0	0	0	5	5	5
Outros	10	10	10	21	11	16	0	0	0	31	21	26
Total	213	221	217	37	35	36	106	103	105	356	359	358

Descrição	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	224 936,70	267 875,21
Conselho de Administração	122 107,55	52 595,55
Remunerações certas e permanentes	6 006 415,05	5 782 583,44
Abonos variáveis ou eventuais	117 178,23	225 104,44
Pensões	0,00	1 422,19
Indeminizações	1 282,85	639,31
Encargos sobre remunerações	1 427 434,01	1 286 317,95
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	54 643,53	91 498,72
Outros gastos com o pessoal	364 057,33	274 173,47
Outros encargos sociais	155 764,69	180 006,65
Total	8 473 819,94	8 162 216,93

NOTA 20- DIVULGAÇÕES DE PARTES RELACIONADAS

A fim dos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas poderem formar uma opinião acerca dos efeitos de relacionamentos entre partes relacionadas e o Município de Esposende, divulga-se de seguida, os nomes das entidades participadas e respetiva percentagem de controlo, independentemente de se terem verificado transações entre as partes relacionadas.

Listagem de entidades controladas

Designação	Sede	% de controlo		Controlo Final (%)
		Direto	%	
Esposende 2000 E.M	Av. Eng. Arantes e Oliveira, 4740-204 Esposende	100,00%		100,00%
EAMB – Esposende Ambiente, E.M.	Rua da Ribeira, 4740-245 Esposende	100,00%		100,00%

Listagem de entidades associadas

Designação	Sede	% de controlo		Controlo Final (%)
		Direto	%	
Zendensino, CIPRL	Rua Amorim Campos, 4740-335 Fão	49,90%		49,90%

Listagem de outras entidades relacionadas

Designação	Sede	% de controlo		Controlo Final (%)
		Direto	%	
Comunidade Intermunicipal do Cávado	Rua do Carmo, 29, 4700 - 3 09 Braga	8,65%		8,65%
Agência de Energia do Cávado	Rua do Carmo, 29, 4700 - 3 09 Braga	14,30%		14,30%
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa, 52, 3004 - 511 Coimbra	0,32%		0,32%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Praça do Comércio, Ala Oriental, 1149-015 Lisboa	0,15%		0,15%
Águas do Norte	Av. Osnabruck, 29, 5000-427 Vila Real	0,91%		0,91%
CELANUS - Empresa Turismo	Hotel Ofir, 4740 - 405 Fão	1,00%		1,00%
Resulima - Valorização Tratamento Resíduos Sólidos	Aterro Sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado, 4936-908 Vila Nova de Anha	4,80%		4,80%
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo			0,00%
Polis Litoral Norte	Edifício de Apoio à Doca de Recreio, 4900-405 Viana do Castelo	15,00%		15,00%
CIAB	Rua D. Afonso Henriques, 1, 4700-030 Braga			0,00%

Divulgação de Transações entre Partes Relacionadas

No que respeita a transações entre partes relacionadas, apresenta-se de seguida a tabela com evidência da natureza do relacionamento, os tipos de transações que ocorreram, a quantia monetária específica, assim como a proporção dessa classe de transações, os respetivos saldos, e termos e condições gerais de transações entre partes relacionadas.

Transações entre o Município de Esposende e as participadas

Entidade relacionada	Natureza do Relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Transação
		Tipo	Quantia	% no total das transações		
Esposende 2000 E.M	Entidade Controlada	Contratos Programa (Transferências)	216 768,90	5,03%		Pagamento a 90 dias
EAMB – Esposende Ambiente, E.M.	Entidade Controlada	FSE	75 867,33	1,07%	0,00	Pagamento a 30 dias
EAMB – Esposende Ambiente, E.M.	Entidade Controlada	Transferências obtidas (Pessoal)	35 849,48	0,41%	0,00	Recebimento a 30 dias
EAMB – Esposende Ambiente, E.M.	Entidade Controlada	Transferências concedidas (Contratos Programa)	999 979,31	23,20%		Pagamento a 30 dias

Transações entre a participada EAMB e ESPOSENDE 2000

Entidade relacionada	Natureza do Relacionamento	Transação			Saldo no fim do período	Transação
		Tipo	Quantia	% no total das transações		
Esposende 2000 E.M	Partes relacionadas	FSE	14 070,76	0,82%	1 591,50	Pagamento a 30 dias

Fluxos Grupo Público Município de Esposende

Tipo de Fluxos	Município de Esposende/Esposende Ambiente, EM									
	Obrigações/Pagamentos Esposende Ambiente, EM					Direitos/Recebimentos Município de Esposende				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
RO - ADSE	3 076,95	35 906,15		38 983,10	0,00	5 583,63	35 849,48		41 433,11	0,00
Total	3 076,95	35 906,15	0,00	38 983,10	0,00	5 583,63	35 849,48	0,00	41 433,11	0,00

Tipo de Fluxos	Município de Esposende/Esposende Ambiente, EM									
	Obrigações/Pagamentos Município de Esposende					Direitos/Recebimentos EAMB - Esposende Ambiente, EM				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Facturação de Água	3 925,04	107 282,03		111 207,07	0,00	3 925,04	107 282,03	0,00	111 207,07	0,00
Contratos programa	0,00	999 979,31		999 979,31	0,00	2 520,02	997 459,29		999 979,31	0,00
Serviços Diversos					0,00		0,00		0,00	0,00
Total	3 925,04	1 107 261,34	0,00	1 111 186,38	0,00	6 445,06	1 104 741,32	0,00	1 111 186,38	0,00

Tipo de Fluxos	Esposende Ambiente, EM / Município de Esposende									
	Obrigações/Pagamentos Município de Esposende					Direitos/Recebimentos Município de Esposende				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
TV e TF de Resíduos Sólidos Urbanos	849 520,77	969 867,70		849 520,77	969 867,70	849 520,77	969 867,70	0,00	849 520,77	969 867,70
Serviços Diversos					0,00		0,00		0,00	0,00
Total	849 520,77	969 867,70	0,00	849 520,77	969 867,70	849 520,77	969 867,70	0,00	849 520,77	969 867,70

Tipo de Fluxos	Município de Esposende/Esposende 2000, EM									
	Obrigações/Pagamentos Município de Esposende					Direitos/Recebimentos Esposende 2000, EM				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Contrato Programa		275 000,00		275 000,00			216 768,90		275 000,00	58 231,10
Total	0,00	275 000,00	0,00	275 000,00	0,00	0,00	216 768,90	0,00	275 000,00	58 231,10

Tipo de Fluxos	Município de Esposende/Esposende 2000, EM									
	Obrigações/Pagamentos Esposende 2000, EM					Direitos/Recebimentos Município de Esposende				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Acerto Contrato Programa Ano 2020		64 158,36		64 158,36			64 158,36		64 158,36	
Total	0,00	64 158,36	0,00	64 158,36	0,00	0,00	64 158,36	0,00	64 158,36	0,00

Tipo de Fluxos	Esposende Ambiente, EM/Esposende 2000, EM									
	Obrigações/Pagamentos Esposende 2000, EM					Direitos/Recebimentos EAMB - Esposende Ambiente, EM				
	Saldo Inicial	Obrigações Constituídas no Exercício	Anulações do exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações do exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Facturação de Água	1 069,39	14 070,76		13 548,65	1 591,50	1 069,39	14 070,76		13 548,65	1 591,50
Total	1 069,39	14 070,76	0,00	13 548,65	1 591,50	1 069,39	14 070,76	0,00	13 548,65	1 591,50

NOTA 22. Interesses em Outras Entidades

22.1. Os julgamentos e pressupostos mais significativos

a) Os julgamentos e pressupostos mais significativos que se consideraram na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende, foram os seguintes:

- Como entidades controladas, foram consideradas todas as entidades em que o Município de Esposende está exposto ou tem direitos a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento nessa entidade, tendo a capacidade de afetar a natureza e quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa entidade. Deste modo, considerou-se como entidades controladas todas aquelas, nas quais o Município de Esposende detém uma participação nos seus capitais superior a 50%, ou quando não detendo tal percentagem, detém direitos que lhe conferem a capacidade para orientar as atividades que afetam significativamente os benefícios do seu envolvimento nessas entidades. Ou seja, quando se possui o direito de orientar as políticas operacionais e financeiras de uma determinada entidade, sendo esta normalmente a forma como o poder é demonstrado no setor público.
- Estas entidades foram consolidadas no Grupo Público do Município de Esposende pela aplicação do método de consolidação integral, o qual consiste, sucintamente, na agregação de itens idênticos das demonstrações financeiras e na eliminação de operações intragrupo, com reconhecimento no património líquido consolidado dos respetivos interesses que não se controlam, o que tendo em conta a percentagem de participação destas entidades (100%) o mesmo não se aplica.
- Como entidades associadas, foram consideradas todas as entidades em que o Município de Esposende exerce influência significativa, ou seja, detém poder para participar nas decisões de políticas financeiras e operacionais de uma determinada entidade, sem, no entanto, exercer controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas. Entende-se que existe influência significativa numa participada, quando o Município de Esposende detém uma participação no seu capital compreendida entre os 20% e 50%. Contudo, poderá existir influência significativa ainda que não se detenha pelo menos 20% dos direitos de voto noutra entidade, desde que tal seja comprovada através de pelo menos uma das seguintes formas (§7 da NCP 23):
 - Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada;
 - Participação em processos de decisão de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições similares;
 - Transações materiais entre o investidor e a participada;
 - Intercâmbio de pessoal de gestão; ou
 - Prestação de informação técnica essencial.
- Estas entidades foram incluídas na consolidação pela aplicação do **método da equivalência patrimonial**, o qual se consubstancia em refletir nas demonstrações financeiras da entidade-mãe a sua quota-parte nos resultados das suas participadas e as alterações nos ativos líquidos das mesmas, que não foram reconhecidos através dos resultados.

22.3 Fatores para determinação dos interesses ou acordos e outras entidades

O Grupo Público do Município de Esposende elaborou e apresentou as suas demonstrações financeiras consolidadas, tendo incluído no perímetro de consolidação as entidades identificadas na tabela infra:

DESIGNAÇÃO	SEDE	PARTICIPAÇÃO	CAPITAL PRÓPRIO / FUNDO	RESULTADO LÍQUIDO	
		%		Valor	Ano
Esposende 2000 E.M	Av. Eng. Arantes e Oliveira, 4740-204 Esposende	100,00%	451 609,98	-64 637,77	2021
EAMB – Esposende Ambiente, E.M.	Rua da Ribeira, 4740-245 Esposende	100,00%	22 369 531,93	14 728,78	2021

22.4 Qualificação como entidade de investimento

Nos termos do §9 da NCP 22, o Município de Esposende não é uma entidade de investimento, uma vez que não tem como objetivo:

- Obter fundos de um ou mais investidores com a finalidade de proporcionar a esses investidores serviços de gestão de investimentos;
- Assegurar aos seus investidores que o seu objeto social é investir fundos exclusivamente para obter mais-valias, rendimento do investimento, ou ambos; e
- Mensurar e avaliar o desempenho de praticamente todos os seus investimentos com base no justo valor.

22.7 Data de relato da entidade controlada diferente da data das demonstrações consolidadas

As demonstrações financeiras de todas as entidades controladas pertencentes ao Grupo Público do Município de Esposende têm o mesmo período de relato, ou seja, (de 01/01/2021 a 31/12/2021).

22.8 Interesse devido por entidades que controlam nas atividades e nos fluxos de caixa de um grupo

Nos termos do exigido na alínea g) da presente nota, divulga-se de seguida um resumo da informação financeira das entidades controladas do Grupo Público do Município de Esposende.

Resumo da posição financeira das entidades controladas

	EAMB	Esposende 2000
ATIVO		
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	24 965 110,76	557 239,76
Propriedades de investimento		
Ativos intangíveis	16 893,88	24 855,93
Participações financeiras		
Outros ativos financeiros		5 441,75
Subtotal	24 982 004,64	587 537,44
Ativo corrente		
Inventários	157 850,14	2 081,20
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		
Clientes, contribuintes e utentes	856 062,88	39 810,95
Estado e outros entes públicos	24 936,84	3 981,47
Outras contas a receber	181 236,28	9 366,08
Diferimentos	54 349,69	3 459,74
Outros ativos financeiros		
Caixa e depósitos	428 796,03	365 975,47
Subtotal	1 703 231,86	424 674,91
Total do ativo	26 685 236,50	1 012 212,35
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		
Património Líquido		
Património	20 250 000,00	100 000,00
Reservas	97 945,09	225 238,67
Resultados Transitados	-331 517,93	678,07
Ajustamentos em ativos financeiros		
Outras variações no Património Líquido	2 338 375,99	190 331,01
Resultado líquido do período	14 728,78	-64 637,77
Total do património líquido	22 369 531,93	451 609,98
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões	2 831 262,92	342 081,94
Financiamentos obtidos	5 108,29	200 583,18
Financiamentos obtidos	517 950,71	250 000,00
Passivos por impostos diferidos		38 218,21
Outras contas a pagar		
Subtotal	517 950,71	288 218,21
Passivo corrente		
Fornecedores	265 352,55	27 360,45
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	41 559,05	
Estado e outros entes públicos	91 177,34	19 946,76
Financiamentos obtidos	411 205,60	
Fornecedores de investimentos		
Outras contas a pagar	2 345 418,41	220 171,50
Diferimentos	643 040,91	4 905,45
Subtotal	3 797 753,86	272 384,16
Total do Passivo	4 315 704,57	560 602,37
Total do património líquido e do passivo	26 685 236,50	1 012 212,35

Resumo do desempenho financeiro das entidades controladas

Código de Contas	RENDIMENTOS E GASTOS	EAMB	Esposende 2000
70	Impostos, contribuições e taxas		
71	Vendas	1 704 099,08	15 352,14
72	Prestações de serviços e concessões	3 715 072,42	346 052,34
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	998 036,00	517 183,37
73	Variações nos inventários da produção		
74	Trabalhos para a própria entidade	325 124,35	
785 + 7921 - 685	Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 1 488 730,26	- 9 381,76
62	Fornecimentos e serviços externos	- 1 719 659,52	- 357 097,29
63	Gastos com pessoal	- 2 319 986,81	- 564 439,43
60-603	Transferências e subsídios concedidos		
651-7621	Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 46 038,84	
67-763	Provisões (aumentos/reduções)		
78	Outros rendimentos e ganhos	154 566,49	48 537,72
68	Outros gastos e perdas	- 42 785,06	- 457,50
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 279 697,85	- 4 250,41
64-761	Gastos / reversões de depreciação e de amortização	- 1 244 972,92	- 62 400,67
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		34 724,93	- 66 651,08
79	Juros e rendimentos similares obtidos	2 717,91	-
69	Juros e gastos similares suportados	- 13 877,33	- 1 921,44
Resultado antes de impostos		23 565,51	- 68 572,52
812	Impostos sobre o rendimento do período	- 8 836,73	3 934,75
Resultado líquido do período		14 728,78	- 64 637,77

22.11. Perda de controlo sobre uma entidade controlada durante o período de relato

Durante o período de relato não existiu perda de controlo em nenhuma das entidades controladas do Grupo Público do Município de Esposende.

22.18. Natureza, extensão e efeitos financeiros dos interesses de uma entidade em acordos conjuntos e associadas

Em 31/12/2021, o Município de Esposende tinha interesse na associada identificada de seguida.

Designação	Sede	% de controlo		Controlo Final (%)
		Direto	%	
Zendensino, CIPRL	Rua Amorim Campos, 4740-335 Fão	49,90%		49,90%

A entidade associada foi incluída nas contas consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende, através da aplicação do MEP, tendo em consideração a informação financeira apresentada na tabela seguinte:

Designação	% de Participação	Valor de aquisição	Património líquido (2021)	Resultado Líquido do	Valor da participação ao
Zendensino, CIPRL	49,90%	2 550,00	755 745,77	413,39	377 117,14

22.19. Outras divulgações relativas a associadas

As demonstrações financeiras de todas as entidades associadas pertencentes ao Grupo Público do Município de Esposende têm o mesmo período de relato (de 01/01/2021 a 31/12/2021).

22.21. Interesses de propriedade não-quantificáveis

A 31/12/2021 o Município de Esposende tinha interesses de propriedade não-quantificáveis em entidades nas quais não tem influência significativa, conforme se observa no quadro infra.

Designação	Sede	% de controlo		Controlo Final (%)
		Direto	%	
Comunidade Intermunicipal do Cávado	Rua do Carmo, 29, 4700 - 3 09 Braga	8,65%		8,65%
Agência de Energia do Cávado	Rua do Carmo, 29, 4700 - 3 09 Braga	14,30%		14,30%
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa, 52, 3004 - 511 Coimbra	0,32%		0,32%
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Praça do Comércio, Ala Oriental, 1149-015 Lisboa	0,15%		0,15%
Águas do Norte	Av. Osnabruck, 29, 5000-427 Vila Real	0,91%		0,91%
CELANUS - Empresa Turismo	Hotel Ofir, 4740 - 405 Fão	1,00%		1,00%
Resulima - Valorização Tratamento Resíduos Sólidos	Aterro Sanitário do Vale do Lima e Baixo Cávado, 4936-908 Vila Nova de Anha	4,80%		4,80%
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo			0,00%
Polis Litoral Norte	Edifício de Apoio à Doca de Recreio, 4900-405 Viana do Castelo	15,00%		15,00%
CIAB	Rua D. Afonso Henriques, 1, 4700-030 Braga			0,00%

Outras Divulgações

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende foram preparadas com base nas características qualitativas, postuladas no ponto 5 da Estrutura Concetual presente no Anexo I do DL nº 192/2015, de 11 de setembro, em consonância com as contas separadas do Município de Esposende, assim como das suas entidades controladas, devido à semelhança entre a estrutura conceptual do SNC-AP e do SNC.

As depreciações e as amortizações do Grupo Público do Município de Esposende foram calculadas segundo o método das quotas constantes, sendo respeitadas as taxas previstas no CC2 para o caso do Município de Esposende. Para as restantes entidades incluídas na consolidação, através do método integral, os ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis estão mensurados no balanço ao custo de aquisição, sendo as respetivas depreciações e amortizações calculadas, de acordo com o período de vida útil estimado pelo Órgão de Gestão de cada entidade, os quais não diferem significativamente dos períodos

utilizados pelo Grupo Público do Município de Esposende, para as mesmas classes de bens, pelo que não foi necessário efetuar qualquer ajustamento de harmonização prévio à consolidação relativamente a este ponto.

Decorrente do facto de no período de relato o Município de Esposende adotar o SNC-AP, e as entidades incluídas no perímetro de consolidação adotarem os normativos do SNC, dispensou qualquer necessidade de se proceder a alguns ajustamentos prévios à consolidação nas suas participadas.

De referir que, quando existem indícios de que os investimentos financeiros não são recuperáveis, o Município de Esposende procede ao reconhecimento da respetiva perda por imparidade, ficando estas entidades excluídas da consolidação.

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras consolidadas, não foi derogada qualquer norma de consolidação, constante do SNC-AP.

Rendimentos/Gastos imputados de entidades associadas

Esta rubrica evidenciada na demonstração dos resultados consolidados refere-se às variações no capital próprio verificado na entidade associada, pela aplicação do MEP, sendo a sua desagregação a seguinte:

- Rendimentos: €206,28 (Zendensino).

NOTA 23 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

Nota 23.1 – Contas a receber e a pagar

As dívidas de clientes, contribuintes e utentes e outros terceiros e as dívidas a fornecedores e a outros terceiros que não vencem juros são registados pelo seu valor nominal, o que é substancialmente equivalente ao seu justo valor. De seguida apresenta-se o detalhe das contas e receber e a pagar:

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Outras contas a receber		
Juros a receber e outros rendimentos	2 783,34	7 625,01
Outros acréscimos de rendimentos	927 422,06	845 223,62
Outros devedores	5 700,00	8 371,58
Devedores por alienação de ativos fixos	427 719,47	421 362,46
Outros	214 083,50	178 920,11
Cauções - Entregues a terceiros	13 000,00	4 700,00
	1 590 708,37	1 466 202,78

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Outras contas a pagar		
Credores por acréscimos de gastos	218 616,67	229 943,76
Remunerações a liquidar	1 043 409,84	1 038 224,37
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	380,81	8 342,80
Outros acréscimos de gastos	225 757,75	265 961,16
Credores por subscrições não liberadas	313 020,00	313 020,00
Cauções	126 574,42	126 430,74
Ajustamentos de Subsídios ao Investimento	738 507,58	733 814,96
Outros Credores	89 636,51	162 002,41
	2 755 903,58	2 877 740,20

Nota 23.2 – Informações relativas ao Endividamento

- a) Descrição do endividamento consolidado não corrente, desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

Código/ designação das contas	Dívidas a terceiros Não Corrente			Eliminação de créditos/dívidas recíprocas	Grupo Público consolidado
	Município de Esposende	Esposende 2000 EM	Esposende Ambiente EM		
1	2	3	4	5=2+3+4	7=5+6
25 - Empréstimos Não Corrente	5 708 428,25 €	517 950,71 €	250 000,00 €	6 476 378,96 €	6 476 378,96 €
Total	5 708 428,25 €	517 950,71 €	250 000,00 €	6 476 378,96 €	6 476 378,96 €

Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no Balanço Consolidado (corrente e não corrente) e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do Balanço, desagregado por entidade e por rubrica do balanço consolidado.

Entidade do Perímetro da Consolidação	Entidade Credora	Descrição	Valor Contratado	Capital em dívida em 31-12-2021	Capital em dívida em 31-12-2020	Data de vencimento
Município de Esposende	Caixa Geral de Depósitos	CGD - Emp. n. 0288.001207.9.91	181 758,92 €	12 295,67 €	20 492,78 €	16/03/2023
		CGD - Emp. n. 0288.001279.7.91	56 445,97 €	4 942,79 €	7 414,19 €	10/12/2023
		CGD - Emp. n. 9015.002831.7.91	190 338,87 €	- €	10 550,57 €	03/10/2021
		CGD - Emp. n. 0288.001294.0.91	3 242 186,32 €	- €	121 017,31 €	26/04/2021
		CGD - Emp. n. 9015.002203.3.91	1 995 191,59 €	- €	135 546,09 €	24/09/2021
		CGD - Emp. n. 9015.002735.3.91	241 243,60 €	64 795,84 €	75 562,38 €	17/05/2027
	Novo Banco	BES - Emp. n. 6410.4252.2000	256 371,59 €	7 121,46 €	21 364,34 €	02/08/2022
		BES - Emp. n. 6410.4252.2108	84 941,28 €	2 359,48 €	7 078,44 €	02/08/2022
		BES - Emp. n. 6410.4252.2205	47 568,48 €	1 269,84 €	3 809,54 €	02/08/2022
	Santander Totta	BES - Emp. n. 6410.4252.2302	70 602,48 €	1 884,70 €	5 654,15 €	02/08/2022
		TOTTA - Emp. n. 003.00781376096	656 448,00 €	120 924,55 €	155 474,45 €	15/12/2024
	Crédito Agrícola	TOTTA - Emp. n. 003.04183975096	934 000,00 €	295 111,06 €	350 666,62 €	29/02/2028
		CA - POLIS LITORAL NORTE	2 610 000,00 €	950 248,58 €	1 060 710,77 €	19/03/2030
		Plano de Investimentos nas Freguesias	3 500 000,00 €	2 916 666,68 €	3 111 111,12 €	03/08/2036
Plano de Investimentos nas Freguesias - 2ª fase		2 095 000,00 €	1 759 998,31 €	- €	09/03/2042	
Esposende 2000, EM	Caixa Geral de Depósitos	Conta Corrente Caucionada	150 000,00 €	- €	120 000,00 €	02/12/2026
	Crédito Agrícola	MLP	250 000,00 €	250 000,00 €	250 000,00 €	19/05/2021
Esposende Ambiente, EM	Caixa Geral de Depósitos	9015006156891	5 000 000,00 €	929 156,31 €	1 337 312,55 €	09/03/2024
Total			21 562 097,10 €	7 316 775,27 €	6 793 765,30 €	

Nota 23.2 – Honorários Fiscal Único/ Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas do Município de Esposende é a entidade Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC por despacho do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Arq. Benjamim Pereira, datado de 21 de fevereiro de 2020.

Os honorários faturados durante o período de 2021, referem-se exclusivamente a serviços de Revisão Legal de Contas com vista à emissão da Certificação legal das Contas, acenderam a 10 113,74€ (IVA incluído).

O Revisor Oficial de Contas da EAmb – Esposende Ambiente, EM – Sociedade Unipessoal, Lda é a entidade Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC.

Os honorários faturados durante o período de 2021, referem-se exclusivamente a serviços de Revisão Legal de Contas com vista à emissão da Certificação legal das Contas, acenderam a 10.000,08€.

O Revisor Oficial de Contas da Esposende 2000, EM – Sociedade Unipessoal, Lda, é RSM & Associados – SROC, Lda representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho.

Os honorários faturados durante o período de 2021, referem-se exclusivamente a serviços de Revisão Legal de Contas com vista à emissão da Certificação legal das Contas, acenderam a 2.640,00€.

VIII – Nota Final

A análise às contas consolidadas do Grupo Público do Município de Esposende, referentes ao ano de 2021, ainda acontece em contexto excecional, devido ao Estado de Emergência que se viveu, decorrente da pandemia causada pela COVID-19 que afetou e continua a afetar todo o Mundo.

Neste documento constata-se que o valor total das adições em bens de investimento do Grupo Público do Município de Esposende se fixou, no final de 2021, em cerca de 10.5M€, mantendo a tendência implementada nos últimos anos, de forte investimento do município.

Constatamos a partir deste documento o rumo correto seguido pelo Grupo Público Municipal do Município de Esposende, seja no investimento nas freguesias, tendente à melhoria das condições de vida dos nossos munícipes, seja nas áreas diretamente geridas pelo Grupo, que se traduzem nas inúmeras ações estruturantes na área social, na educação, na cultura, no desporto, saneamento básico, educação ambiental, no desenvolvimento económico, entre outras áreas de intervenção.

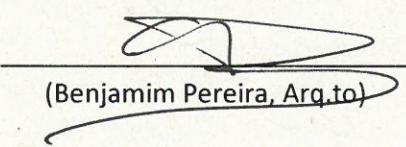
Olharemos sempre para o território como um todo e continuaremos a responder às necessidades das populações.

Estamos orgulhosos destes resultados e satisfaz-nos saber que, apesar da situação atípica que vivemos, em resultado da pandemia, fomos capazes de corresponder aos anseios da população, tomando decisões assertivas, mantendo serenidade na gestão e estabilidade política, aspetos que muito contribuem para o sucesso deste município e para uma imagem extremamente positiva que temos perante os demais.

Como sempre fazemos, aos nossos munícipes renovamos o agradecimento pela confiança depositada no nosso projeto, acreditando que só juntos, com grande empenho e sentido de responsabilidade seremos capazes de continuar no rumo certo.

Obrigado.

O Presidente da Câmara Municipal de Esposende



(Benjamim Pereira, Arg.to)

IX – Certificação Legal das Contas



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE** (o Grupo Público), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 122.462.798 euros e um total de Património Líquido de 107.066.990 euros, incluindo um resultado líquido de 2.547.693 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos 1 e 2 e dos efeitos das matérias referidas no parágrafo 3 na secção "Bases para a Opinião com Reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **GRUPO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE** em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

1. O Ativo do Município de Esposende não releva a integralidade dos bens imóveis, não sendo possível até à presente data concluir a inventariação e a avaliação do respetivo património. Neste contexto, não estamos em condições de emitir uma opinião sobre a existência, plenitude, valorização e mensuração dos imóveis incluídos na rubrica de Ativos Fixos Tangíveis, com referência a 31 de dezembro de 2021, bem como quantificar o respetivo impacto nos Fundos Próprios.

2. O Passivo do Grupo Público inclui o montante de 837.420 euros de provisões para riscos e encargos. Da resposta do advogado, não nos é possível aferir sobre a adequacidade deste valor assim como quantificar o valor necessário para cobrir eventuais responsabilidades futuras. Neste contexto, não estamos em condições de emitir uma opinião sobre o referido valor.

3. A participada Polis Litoral encontra-se mensurada pelo valor do capital realizado no montante de 3.110.000 euros em detrimento do capital subscrito no montante de 3.915.000 euros. Consequentemente, o Ativo e o Passivo encontram-se subavaliados em 805.000 euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades

JONASER GUMARÊS, MANUELA MALHEIRO e MARIO GUMARÊS, SROC

Registo na CROC n.º 348 | Registo na CMVM n.º 20161400

NIPC 500 913 943 | Capital Social 5.000 euros

Membro da ABC & Associação - SROC A2E

www.jmm.sroc.pt

Escritório

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A

Av. D. João II, n.º 804, 4.º Piso, Escritório 47

4715-075 Braga - Portugal

T: +351 253 213 000 F: +351 253 213 021

Av. 21 de Janeiro, n.º 21, R/C

4715-032 Braga - Portugal

T: +351 253 213 001 F: +351 253 213 759



44

que compõem o Grupo Público nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO EXECUTIVO DO MUNICÍPIO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O Órgão Executivo do Município é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo Público de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo Público de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.


RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão Executivo do Município;

JOAQUIM GUMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUMARÃES, SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
NIPC 503 951 943 | Capital Social 5.000 euros
Membro de ABC & Associados - SROC, ACE
contabilísticos 

Escritórios

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
4715-275 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

 2/4

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 051 F(+351) 253 213 759



- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão Executivo do Município, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo Público para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo Público descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo Público para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo Público e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas da entidade que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

O Órgão Executivo do Município é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo Público. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES, SROC

Registo na OROG n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
NIPC 503 951 943 | Capital Social 5 000 euros
Membro de ABC & Associados - SROC ACE
geral@jmm.sroc.pt

Escritórios

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
4715-275 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 789

**SOBRE O RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO**

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a Opinião com Reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, e exceto quanto à matéria referida no parágrafo seguinte, o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

O Relatório consolidado de Gestão não inclui as divulgações previstas na NCP 27 – Contabilidade de Gestão e as razões para esta insuficiência estejam divulgadas na introdução do Relatório de Gestão.

Braga, 02 de junho de 2022

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459

Representada por:

Maria Manuela Alves Malheiro, Revisora Oficial de Contas
Registo na OROC n.º 916 | Registo na CMVM n.º 20160535

JOAQUIM GUIMARÃES, MANUELA MALHEIRO E MÁRIO GUIMARÃES SROC

Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
NIPC 503 951 943 | Capital Social 5.000 euros
Membro de ABC & Associados - SROC ACE
detalhe@jmm.sroc.pt

Escritórios

Pólo de Negócios de Braga, Edifício A
Av. D. João II, n.º 404, 4.º Piso, Escritório 47
4715-275 Braga - Portugal
T(+351) 253 203 520 F(+351) 253 203 521

4/4

Av. 31 de Janeiro, n.º 31, R/C
4715-052 Braga - Portugal
T(+351) 253 213 061 F(+351) 253 213 759

Declaração de responsabilidade - Grupo Público do Município de Esposende

No âmbito do processo de prestação de contas da gerência/exercício de **2021 do Município de Esposende**, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares de órgãos responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas consolidadas ao Tribunal de Contas, que adotámos, fizemos aprovar e executar de forma continuada os princípios, normas e procedimentos contabilísticos e de controlo interno a que estamos vinculados por imperativo legal ou contratual e que garantem e asseguram, segundo o nosso conhecimento, a veracidade e sinceridade das respetivas demonstrações financeiras e a integralidade, legalidade e regularidade das transações subjacentes, pelas quais assumimos a responsabilidade de que, designadamente:

a) não contêm erros ou omissões materialmente relevantes quanto à execução orçamental e de contabilidade de compromissos, à gestão financeira e patrimonial e, bem assim, ao registo de todas as operações e transações que relevem para o cálculo do défice e da dívida pública atendendo, nos termos aplicáveis, ao direito europeu da consolidação orçamental;

b) identificam completamente as partes em relação de dependência e registam os respetivos saldos e transações;

c) não omitem acordos quanto a instrumentos de financiamento direto ou indireto;

d) evidenciam com rigor e de forma adequada a dimensão, extensão e relevação contabilística dos passivos efetivos ou contingentes, designadamente os compromissos decorrentes de benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, bem como as responsabilidades decorrentes de litígios judiciais ou extrajudiciais;

e) incluem os saldos de todas as contas bancárias no IGCP e/ou noutras instituições financeiras;

f) evidenciam que foram respeitadas as normas da contratação pública aplicáveis e cumpridos pontual e tempestivamente todos os acordos e contratos com terceiros;

g) evidenciam que foram respeitadas as normas dos regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e do código do trabalho bem como observaram as incompatibilidades e limitações previstas aí, no estatuto de aposentação, no código contributivo da segurança social e em estatutos específicos, designadamente de carreiras especiais;

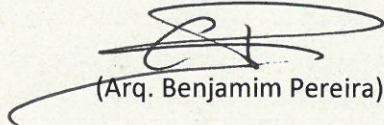
h) foram publicitadas de acordo com as disposições legais e comunicadas às entidades competentes.

Câmara Municipal de Esposende, 02 de junho de 2022

Os responsáveis subscritores:

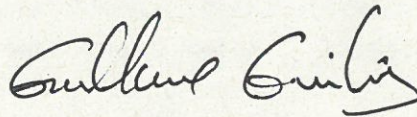
Os responsáveis subscritores:

O Presidente da Câmara Municipal

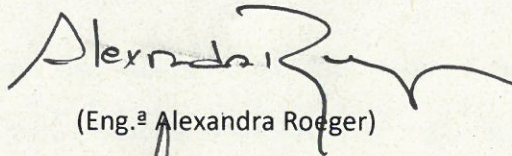


(Arq. Benjamim Pereira)


Os Vereadores com competências delegadas:



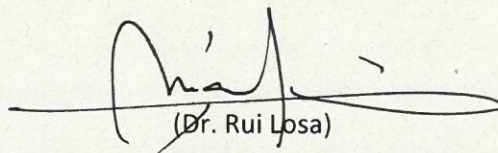
(Eng.º Guilherme Emilio)



(Eng.ª Alexandra Roeger)



(Dr. Sérgio Mano)



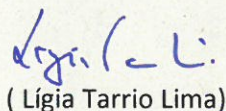
(Dr. Rui Losa)

Os responsáveis que condicionam a subscrição, total ou parcialmente, nos termos e pelas razões constantes das declarações juntas:

N/A

Subscreve enquanto responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais ao membro do executivo competente pelo pelouro financeiro para apreciação pelo executivo municipal, excetuando as alíneas g) e f).

A Chefe da Divisão de Gestão Financeira,



(Lúcia Tarrío Lima)